

3ª BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria/1935)
“REGIMENTO ARARIGBÓIA”



“O CARA DE ONÇA DO MÉDIO RIO NEGRO”

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA PARA
ATENDER AS NECESSIDADES DO 3º BATALHÃO DE INFANTARIA
DE SELVA**

NUP: 65296.007576/2021-16

VOL 01 / 01



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA**

TERMO DE ABERTURA

Processo Administrativo Nº 65296.006632/2021-97

Processo de Inexibilidade de Licitação Nº 01/2021- 3º BIS

Em conformidade com o disposto no Art 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e parágrafo único do Art 13 das Instruções Gerais para a realização de licitação e contrato no ministério do Exército (IG 12-02), atuo, nessa data o Processo Administrativo Nº 65296.006632/2021-97, sendo o objeto a contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, conforme definido no despacho do 3365-Salc /3º BIS de 30 de dezembro de 2021.

Barcelos-AM, 30 de dezembro de 2021.


CARLOS AUGUSTO VALÉRIO LIMA – 2º Ten
Ch da Salc do 3º BIS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA

DIEEx nº 3365-Salc/3º BIS
EB:65296.007576/2021-16

Barcelos- AM, 30 de dezembro de 2021

Do: Fiscal de Contrato de Energia Elétrica
Ao: Ordenador de Despesas do 3º Bis
Assunto: Requisição de Serviço.
Ref.: Art 13 da IG 12-02

1. Nos termos contidos no Art. 13 da Port. Min nº 305, de 24 de maio 95 - Instruções Gerais para Realização de Licitações e Contratos no âmbito do Exército (IG12-02), e orientações do TCU - Licitações e Contratos, Orientações Básicas, 3º Ed, pág 52, solicito-vos providências no sentido de aprovar a renovação do item abaixo relacionado:

Item	Descrição do material/serviço	Unid	Qtd
01	Serviço de fornecimento de energia elétrica de baixa tensão para 6 unidades consumidoras sob responsabilidade do 3º Batalhão de Infantaria de Selva	SV	1
01	Serviço de fornecimento de energia elétrica de média tensão para 2 unidades consumidoras sob responsabilidade do 3º Batalhão de Infantaria de Selva	SV	1

2. O referido presente serviço constante neste DIEEx, justifica-se pela necessidade de **contratação de fornecimento de energia elétrica**, para atender o 3º Batalhão de Infantaria de Selva.

Leonardo Martins Carmo da Silva.
LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA- 2º Ten
Fiscal de Contrato de Energia Elétrica



Despacho do Fisc Adm 3º BIS:

1. Solicito autorização para abertura do processo de inexigibilidade de licitação, conforme descrição acima.
2. O Fiscal de Contratos de energia elétrica do 3º Bis acompanhe a presente aquisição.
3. Encaminhe-se.

Barcelos/AM, 30 de dezembro de 2021

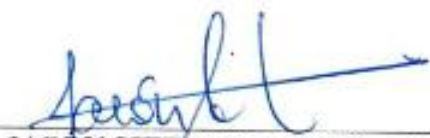

MAGUIL GONÇALVES DE AVILA – 1º Ten
Fiscal Administrativo do 3º Bis

Despacho do OD:

1. Autorizo a Abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação, conforme solicitação.
2. O Responsável pela Seção de Aquisições, Licitações e Contratos adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.
3. Para fins do Art. 38 da Lci nº 8.666, de 1993 e suas alterações, empregarem recursos da seguinte estrutura orçamentária.

NC Nº	DATA	FONTE	PTRES	ESF	GESTÃO	PI	UGR	VALOR
016115	19OUT21	0100000000	193894	1	00001	13DACSPENEL	160073	R\$ 185.000,00

Barcelos/AM, 30 de dezembro de 2021


JASON SIFFERT LEMOS – Maj
Ordenador de Despesas Substituto do 3º Bis



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

De disponibilidade de recursos e compatibilidade orçamentária

Declaro para efeito das despesas com a Contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva e de suas unidades consumidoras, em cumprimento ao disposto no Art. 16 da lei de Responsabilidade Fiscal, o seguinte:

1. Existe a estimativa do impacto orçamentária e financeiro para a despesa pretendida, conforme levantamento da SLC, acostado ao processo.
2. O valor estimado é de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais).
3. O aumento da adequação orçamentária e financeira não causa impacto orçamentário. Tem adequação com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
4. Há disponibilidade de recurso para fazer às despesas. Ele foi creditado, conforme as Notas de Créditos:

NC Nº	DATA	FONTE	PTRES	ESF	GESTÃO	PI	UGR	VALOR
016115	19OUT21	0100000000	193894	1	00001	I3DACSPENEL	160073	R\$ 185.000,00

É proveniente da cadeia de suprimento.

Barcelos - AM, 30 de dezembro de 2021.

JASON SIFFERT LEMOS – Maj
Ordenador de Despesas Substituto do 3º Bis



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

(Conforme ANEXO II – IN Nr 05/ SLT/MPOG, 26 MAIO 17)

(Processo Administrativo Nr 65296.007576/2021-16)

Órgão

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Fiscal de Contrato

Responsável pela Demanda: Leonardo Martins Carmo Da Silva

E-mail: /salc@3bis.eb.mil.br

1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico.

A contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica atenderá as necessidades da 3ª Batalhão Infantaria de Selva, a fim de, manter as atividades do Batalhão. É importante ressaltar, a urgência da presente contratação, tendo em vista garantir à Administração qualidade, segurança e eficiência para o fornecimento de energia. Desta forma, não obstante às dificuldades pertinentes da Região Amazônica, o serviço ora pretendido torna-se essencial e imprescindível haja vista que os diversos equipamentos/materiais existentes nas diversas seções/pelotões dependem diariamente da disponibilidade da energia elétrica para serem utilizados nas diversas tarefas administrativas realizadas pela Administração.

As especificações descritas, o detalhamento do serviço, as características, os requisitos e o valor estimado, foram regularmente determinados pelo setor competente da Administração e a contratação, está legitimada e regulamentada no âmbito Art 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e parágrafo único do Art 13 das Instruções Gerais para a realização de licitação e contrato no ministério do Exército (IG 12-02. Nesse mesmo sentido, o Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93, abaixo citado:

Inciso XXII - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;

2. Quantidade de serviço a ser contratada



A contratação da prestação de serviço, cuja detentora dos direitos de concessão é a empresa **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, CNPJ 02.341.467/0001-20** terá o consumo global estimado de (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos) que atenderá o fornecimento da baixa e média tensão, por um período de consumo de 12 (doze) meses; conforme demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores;

ANEXO I

3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA			2018/2019	2019/2020	2020/2021 ESTIMATIVO
BAIXA TENSÃO			Total KWH	Total KWH	Total KWH
U.C.	ÓRGÃO	ENDEREÇO:	VALOR TOTAL R\$ 19.846,30 TOTAL DE KWH MAR/2018 à FEV/2019 28618 kWh	VALOR TOTAL R\$ 22.598,7 TOTAL DE KWH MAR/2019 à FEV/2020 32587 kWh	VALOR TOTAL R\$ 25.064,81 TOTAL DE KWH MAR/2020 à FEV/2021 36143 kWh
2242708-2	3º BIS - Porto	Av. Frei Mathias de São Boa Ventura, S/N - Mariuá			
0950630-6	3º BIS - Bomba d'água OF	Av. dos pioneiros S/N, Vila Militar, Mariuá			
0770739-8	3º BIS - Bomba d'água ST/SGT	Av. dos pioneiros S/N, Vila Militar, Mariuá			
0977257-0	3º BIS - Bloco A	Av. dos pioneiros S/N, Vila Militar, Mariuá			
2354465-1	3º BIS - Bloco B	Av. dos pioneiros S/N, Vila Militar, Mariuá			
2354470-8	3º BIS - Bloco C	Av. dos pioneiros S/N, Vila Militar, Mariuá			

ANEXO II

3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA			2018/2019	2019/2020	2020/2021
MÉDIA TENSÃO 2018/2019			Total KWH	Total KWH	Total KWH
0770728-2	3º Batalhão de Infantaria de Selva	Av. Frei Mathias de São Boa Ventura, S/N - Mariuá	VALOR TOTAL R\$ 146.419,704 TOTAL DE KWH MAR/2018 à FEV/2019 290.548 kWh	VALOR TOTAL R\$ 164.924,869 TOTAL DE KWH MAR/2019 À FEV/2020 320.267 kWh	VALOR TOTAL R\$ 190.040,858 TOTAL DE KWH MAR/2020 à FEV/2021 363.594 kWh
0771068-2	3º BIS - Hotel de Trânsito	Av. dos pioneiros nº 50, Vila Militar, Mariuá			

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços

A data para início dos serviços será imediatamente após a assinatura do contrato oriundo deste processo.

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e o responsável pela fiscalização

O 2º Ten **Leonardo Martins Carmo da Silva**, como Engenheiro Civil, será o responsável pela fiscalização da execução dos serviços acima supracitados, sendo publicado sua designação em momento oportuno.

Barcelos - AM, 30 de dezembro de 2021.

Leonardo Martins Carmo da Silva.
LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA – 2º Ten

Fiscal de Contrato de Energia Elétrica





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA



ESTUDOS PRELIMINARES DE CONTRATAÇÃO

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, o 3º Batalhão de Infantaria de Selva dispõe da Contratação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica, para atender as necessidades de suas unidades consumidoras vinculadas.

O objetivo da contratação é o de garantir à Administração qualidade, segurança e eficiência na contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, contratação esta essencial e imprescindível para a rotina administrativa da OM, haja vista a dependência de diversos serviços/equipamento/materiais das diversas instalações, os quais necessitam diariamente de energia elétrica, tratando-se, portanto de contratação extremamente necessária para viabilizar as atividades diárias do Batalhão.

Os serviços são considerados “comuns”. Pois, enquadram-se nos termos do parágrafo único, do Art. 1º, da Lei 10.520, de 2002: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

II – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Trata-se de contratação de fornecimento de Energia Elétrica com concessionária autorizada, segundo as normas de legislação específica.

As características técnicas de fornecimento de energia elétrica são aquelas estabelecidas na Resolução nº 414 de 09/09/2010/ANEEL e em vigor.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto da inexigibilidade de Licitação, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, podendo ser prorrogável para além da vigência comum de doze meses conforme previsto (artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993).

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, durante todo o exercício



financeiro é necessário que a empresa contratada garanta a continuidade do fornecimento de energia elétrica nas tensões contratadas nas unidades consumidoras vinculadas ao 3º Batalhão de Infantaria de Selva.

Não a necessidade de a atual contratada promover a transição contratual à nova contratada com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

IV – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE.

O serviço de fornecimento de Energia Elétrica para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva e suas dependências;

Não existe previsão de novos usuários até o ano de 2022 para o presente serviço, e, com o histórico da instituição, não há necessidade de abrangência de novos usuários, o que justifica a quantidade.

Para os serviços de **Média Tensão** prevê-se um consumo de **436320 kWh** para **3 unidades consumidoras** sob responsabilidade do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, consumo este que pertence ao **Grupo A:** Unidades consumidoras da Alta Tensão (Subgrupos A1, A2 e A3), **Média Tensão** (Subgrupos A3a e A4), e de sistemas subterrâneos (Subgrupo AS), conforme AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010.

Horária Verde: tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia (postos tarifários), e de uma única tarifa de demanda de potência. Disponível para os subgrupos A3a, A4 e AS.

Para os serviços de **Baixa Tensão** prevê-se um consumo de **72000 kWh** para **7 unidades consumidoras** sob responsabilidade do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, consumo este que pertence ao **Grupo B:** Unidades consumidoras da **Baixa Tensão**, das Classes Residencial (Subgrupo B1), Rural (B2), Demais Classes (B3) e Iluminação Pública (B4), conforme AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010.

Convencional Monômnia: tarifa única de consumo de energia elétrica, independentemente das horas de utilização do dia;

O CONSUMIDOR receberá energia elétrica, no ponto de entrega, para uso exclusivo em sua instalação, situada em Barcelos – AM.

Entende-se por PONTO DE ENTREGA o ponto de conexão do sistema elétrico da concessionária com as instalações elétricas da unidade consumidora, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do fornecimento.

A prestação dos serviços de operação e manutenção será atendida pela DISTRIBUIDORA até o
(Estudos Preliminares e Gestão de Riscos – NUP 2/5)



ponto de entrega.

Os critérios de inclusão nas modalidades tarifárias são os estabelecidos pelo art. 57, § 1º, incisos I, II e III da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Foram analisadas as contratações efetuadas pela Comissão permanente de licitação, onde se verificou que foi utilizada a seguinte metodologia para a referida contratação: Inexigibilidade de Licitação.

Do levantamento realizado no mercado, constatou-se a existência das seguintes soluções: Na cidade de Barcelos – AM existe apenas uma empresa que presta esse serviço, sendo essa a detentora dos direitos de concessão, portanto é a **AMAZONAS DISTRIBUIDORA ENERGIA ELÉTRICA S/A**, CNPJ sobe o nº **02.314.118/0001-20** a única empresa disponível para a contratação. A modalidade escolhida foi a Dispensa de Licitação, em conformidade com o previsto Inciso XXII do Art. 24 da Lei 8.666/93.

VI – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A Instrução Normativa nº 05/2014 - SLTI/MPOG, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto não houve levantamento de mercado por existe apenas uma empresa que presta esse serviço.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação da empresa especializada para serviço de fornecimento de Energia Elétrica (Baixa e Média Tensão), será conforme Orientação Normativa nº 36/2011, da AGU, verbas:

A administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a imprensa nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

O serviço de fornecimento de Energia Elétrica para a localidade deste órgão é prestado por concessionária, qual seja, **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**, o que se enquadra perfeitamente ao preceito do dispositivo acima.

Estima-se para o exercício financeiro de 2022 o valor anual de **R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)**, o que corresponde a um valor médio mensal de **R\$ 15.416,66 (quinze mil e quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)**.



VIII – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO.

Não é o caso.

IX – RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se que o serviço seja ininterrupto, haja vista que o 3º Batalhão de Infantaria de Selva e suas dependências possa cumprir com suas obrigações institucionais.

X – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não é o caso.

XII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item VII, ou seja, Prestação de serviço de distribuição de Energia Elétrica mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

ETAPA 2: ANÁLISE DE RISCOS

No curso da contratação em tela, assim como em toda contratação, vislumbra-se a possibilidade de ocorrência de eventos negativos (riscos) que podem frustrar ou dificultar o atingimento do objetivo pretendido. O gerenciamento de riscos aqui implementado tem por finalidade mitigar a possibilidade de ocorrência desses eventos negativos.

Cabe ressaltar que não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os inerentes ao processo que permeia até a formalização da contratação.

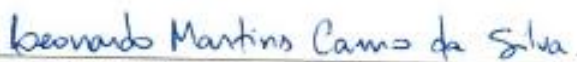
Sendo assim, a seguir serão apresentados os principais riscos levantados pela Equipe de Planejamento da Contratação.

Risco 01 – Processo não ser concluído a tempo para assinatura do novo termo de contrato.			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Inversão da Despesa de Licitação, o consumo ocorrerá antes do novo contrato ser assinado.			
Ação Preventiva		Responsável	
Solicitar à seção de Licitações e Contratos que prepare este Termo Aditivo de Vigência.		SALC.	
Ação de Contingência		Responsável	
Aditivar em caráter de urgência o contrato vigente até a assinatura de um novo.		SALC.	

Barcelos - AM, 30 de dezembro de 2021.

Equipe de Planejamento da Contratação e Fiscalização:


MAGUIL GONÇALVES DE AVILA – 1º Ten
Fiscal Administrativo do 3º BIS


LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA – 2º Ten
Fiscal de Contrato de Energia Elétrica do 3º BIS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA

JUSTIFICATIVA PARA INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1. Caracterização da situação:

Para o funcionamento dos aquartelamentos e da execução das diversas missões recebida pelas Organizações Militares (OM), é necessário o fornecimento de um serviço de distribuição de energia elétrica contínuo, portanto a contratação dos serviços em questão é imprescindível para a rotina administrativa e finalística do 3º BIS. A modalidade escolhida foi a Inexibilidade de Licitação, com amparo no Art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/93.

2. Da razão da escolha do fornecedor ou executante:

Na cidade de Barcelos – AM existe uma empresa que presta esse serviço, sendo essa a detentora dos direitos de concessão, portanto é a **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A**, CNPJ sobre o nº 02.341.467/0001-20 a empresa autorizada, para a contratação.

3. Justificativa do preço:

Foi baseado no consumo real de março de 2018 à fevereiro 2019, março 2019 a fevereiro de 2020 e de março de 2020 a fevereiro de 2021, levando-se em conta o consumo de kWh da Batalhão, preço aplicado pela concessionária e conforme planilha anexa ao projeto básico, o valor estimado é de **RS RS 294.560,80 (duzentos e noventa e quatro mil e quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos)**, a fim de atender o período de consumo de 12 (doze) meses e assim sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme (artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993).

Barcelos - AM, 30 de dezembro de 2021.


JASON SIFFERI LEMOS – Maj
Ordenador de Despesas Substituto do 3º BIS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA



Índice do Processo de Licitação: NUP 65296.006632/2021-97

Inexibilidade de Licitação: Nº 01/2021 – 3º BIS

PROJETO BÁSICO

1 – OBJETO:

Contratação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica tem como objetivo regular as condições de fornecimento de energia elétrica pela CONTRATADA ao CONTRANTE, segundo a estrutura tarifária convencional, grupo “A” (Média Tensão) e “B” (Baixa Tensão).

2 - OBJETIVO:

Contratação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, a fim de, manter as atividades vegetativas do Batalhão.

3- JUSTIFICATIVA:

Trata-se de serviço contínuo a ser executado durante todo o exercício financeiro cujo objetivo é o de garantir à Administração qualidade, segurança e eficiência na contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, contratação esta essencial e imprescindível para a rotina administrativa do Batalhão, haja vista a dependência de diversos serviços/equipamento/materiais das diversas instalações, os quais necessitam diariamente de energia elétrica, trata-se, portanto de contratação extremamente necessária para viabilizar as atividades diárias do Batalhão.

4- DO CUSTO ESTIMADO

A contratação da prestação de serviço, cuja detentora dos direitos de concessão é a empresa **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**, CNPJ 02.341.467/0001-20, terá o custo estimado de **R\$ 265.200,00** (duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos), a fim de atender o período de consumo de 12 (doze) meses.

Para elaboração da estimativa referente ao ano de 2022, os cálculos foram baseados nos dados reais de março 2018 a fevereiro de 2019, março 2019 a fevereiro 2020 e estimativo de março 2020 a fevereiro de 2021, sendo os valores em reais (R\$) e kWh, conforme tabela abaixo:

CONSUMO DE KWH AO ANO DE 2018 a 2021
TABELA I

3º BIS	Total KWH março 2018 à fevereiro 2019	Total KWH Março 2019 à fev. 2020	Total KWH março 2020 à fevereiro 2021
BAIXA TENSÃO	574605,62	449012	511809
MÉDIA TENSÃO	482563	513095	557548

TABELA II

3ºBIS	Total R\$ março 2018 à fevereiro 2019	Total R\$ março 2019 à fev 2020	Total R\$ março 2020 à fevereiro 2021
BAIXA TENSÃO	R\$ 282.229,24	R\$ 313.653,97	R\$ 329.288,59
MÉDIA TENSÃO	R\$ 285.111,34	R\$ 366.758,03	R\$ 392.783,04
BAIXA E MÉDIA TENSÃO	R\$ 567.340,58	R\$ 680.412,00	R\$ 722.071,63

Após estudo, conforme **ANEXO I**, verificou-se que a modalidade será a **Convencional GRUPO B**, para 6 (seis) unidades consumidoras de baixa tensão, em decorrência do maior horário de consumo destas ser durante o horário comercial, e nas outras unidades de consumo não será possível, pois são de média tensão – **VERDE – GRUPO A**, sendo o total de 2 (duas) unidades consumidoras sob responsabilidade do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, conforme **ANEXO II**.

Estima-se para o exercício financeiro de 2021/2022 o valor anual para baixa tensão de **R\$ 29.360,80 (vinte e nove mil e trezentos e sessenta reais e oitenta centavos)** e o valor da média tensão de **R\$ 265.200 (duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais)** totalizando um valor anual de **R\$ 294.560,80 (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos)**, conforme a tabela II, que corresponde a um valor mensal de **R\$ 24.540,50 (vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e cinquenta centavos)**.

5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DOS SERVIÇOS:

A característica técnica do fornecimento de Energia Elétrica são aquelas estabelecidas na Resolução nº. 414 de 09/09/2010/ANELL e norma em vigor.

6 – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O prazo de vigência é indeterminado, conforme Orientação Normativa nº 36/2011, da AGU:

A administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a imprensa nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

7 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: **0001/160137**
 Fonte: **0100000000**
 Programa de Trabalho: **171397**
 Natureza de Despesa: **339039**
 Pl: **I3DACSPENEL**

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços objeto desta contratação, não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela sua execução, reservando-se o direito de, sem que qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados;

- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade referente à execução do Contrato;

- Efetuar o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação pelo Fiscal de Contrato nomeado pela CONTRATANTE, através de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual;

- Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, considerados de natureza grave.



9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- Presta os serviços 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, ressalvados os casos de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado;
- Fornecer número telefônico para contato, registro de ocorrência sobre o funcionamento do serviço contratado e, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas;
- Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venha incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;
- Manter durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com expressa autorização da CONTRATANTE.
- Relatar à Fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada quanto à execução dos serviços da contratação;
- Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente,
- Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- A CONTRATADA não divulgará nem fornecerá dados ou informações obtidas em razão deste contrato, e não utilizará o nome do 3º Batalhão de Infantaria de Selva para fins comerciais ou em campanhas de publicidade, salvo com autorização prévia, emitida oficialmente pela CONTRATANTE e;
- A presença da Fiscalização da CONTRATANTE durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.

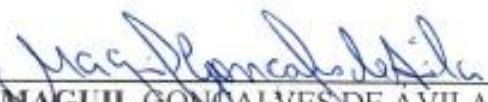
10 – DAS PENALIDADES:

Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93 e demais legislação pertinente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Quartel em Barcelos - AM, 29 de dezembro de 2021.


LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA – 2º Ten
Fiscal de Contrato de Energia Elétrica

De acordo:


MAGUIL GONÇALVES DE AVILA – 1º Ten
Fiscal Administrativo do 3ºBIS

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com Inciso I, Parágrafo 2º do Artigo 7º da Lei nº 8.666/1993:


JASON SIFFERT LEMOS – Maj
Ordenador de Despesas Substituto do 3ºBIS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA

TERMO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1. INFORMAÇÃO:

- a) **Processo Administrativo:** Nº 65296.006632/2021-97.
- b) **Processo de Inexibilidade de Licitação:** Nº 01/2021- 3ºBIS.
- c) **Objeto:** Prestação de serviço de distribuição de Energia Elétrica.
- d) **Fundamento Legal:** Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93.
- e) **Justificativa:** Por se tratar de contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionária autorizada, segundo as normas de legislação específicas.

2. RECONHECIMENTO DO ORDENADOR DE DESPESAS: °

Reconheço a Inexibilidade de Licitação, fundamentada do Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93, para prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, para o 3º Batalhão de Infantaria de Selva, através da empresa **AMAZONAS DISTRIBUIDORA ENERGIA ELÉTRICA S/A**, CNPJ sobre o nº **02.341.467/0001-20**, de acordo o Processo de Inexibilidade de Licitação nº 01/2021, autorizada para tal, e criada para tal fim, utilizando para isso o recurso provido pelo Tesouro Nacional na **Fonte: 0100000000; GESTÃO: 00001; ND: 339039; PTRES: 193894; PI: I3DACSPENEL; UGR: 160073 - DGO**, vinculado a seguinte numeração processual: conforme Nota de Credito:2021NE277; Processo Administrativo Nº 65296.006632/2021-97, do 3ºBIS.

Barcelos, 30 de dezembro de 2021.


JASON SIFFERT LEMOS – Maj
Ordenador de despesas Substituto do 3ºBIS

3. RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a decisão do Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, exarada no processo de Dispensa de Licitação nº 15/2021, referente à despesas acima caracterizada, nos termos do Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93, de 21 de junho 1993.

Barcelos-AM, 30 de dezembro de 2021.



JASON SIFFERT LEMOS – Maj
Respondendo pelo Comando do 3º BIS

4. PUBLICAÇÃO:

Publique-se no D.O.U.



JASON SIFFERT LEMOS – Maj
Ordenador de despesas Substituto do 3º BIS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA

RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1. Processo originário do **DIEx nº 3365-Salc/3ºBIS**, NUP 65296.007576/2021-16, datado de 09 de setembro de 2021, Fiscal Administrativo do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, cujo o objeto é contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, trata-se portanto de serviço contínuo a ser executado durante todo o exercício financeiro cujo objetivo é o de garantir à administração qualidade, segurança e eficiência na contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, contratação esta essencial e imprescindível para a rotina administrativa da Batalhão, haja vista a dependência de diversos serviço/equipamento/materiais das diversas instalações, os quais necessitam diariamente de energia elétrica, concluindo a contratação é extremamente necessária para viabilizar as atividades diárias do Batalhão.

2. Após análise detida do objeto solicitado, a Comissão concluiu tratar-se de **INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93, e suas alterações, em virtude da contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas de legislação específica.

O valor estimado da despesa é de **294.560,80 (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e oitenta centavos)**, valor esse que baseou-se no consumo real para todo exercício de 2021/2022, levando-se em conta o consumo de kwh da Batalhão, sendo assim, tem-se que justifica-se a contratação através da Inexibilidade de Licitação focada no Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93, para prestação de serviço de distribuição de energia elétrica, para a 3º Batalhão de Infantaria de Selva, através da Empresa **AMAZONAS DISTRIBUIDORA ENERGIA ELÉTRICA S/A**, CNPJ sobe o nº **02.341.467/0001-20**, de acordo o Processo de Inexibilidade de Licitação nº 01/2021.

3. Diante da legitimidade prevista na Lei 8.666/93 para a aquisição do objeto em questão esta comissão é de parecer que o 3º Batalhão de Infantaria de Selva efetue a contratação direta, por ser inexível a licitação, tendo em vista o enquadramento da empresa no Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93.

Quartel em Barcelos-AM, 10 de janeiro de 2021.

Leonardo Martins Carmo da Silva.

LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA – 2º Ten



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA
BARCELOS (AM) – CEP 69700-000**

FONE (97) 3321-1037 – FAX (97)3321-1037 – E-mail: cmt@3bis.eb.mil.br



SERPRO
Assinado digitalmente por:
MARCIO WEBER DE MENEZES
Sua autenticidade pode ser verificada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº 14/2021, QUE ENTRE SI
CELEBRAM o 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE
SELVA, E A EMPRESA AMAZONAS
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, PARA
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.

CONTRATANTE: a UNIÃO, por intermédio do 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA com registro do CNPJ nº 11.803.735/0001-70, com sede na Av. Frei Mathias de São Boa Ventura, s/nº, CEP 69700-000, Barcelos - AM, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas, Sr. **MÁRCIO WEBER DE MENEZES**, Carteira de Identidade nº. 011397794-6 MD/EB e CPF nº. 620.374.800-59, nomeado pela Portaria nº. 549, de 05 de junho de 2020, publicada no D.O.U nº. 109 de 09 de junho de 2020.

CONTRATADA: **AMAZONAS ENERGIA**, Concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica, inscrita no CNPJ (MF) 02.341.467/0001-20, localizada na Avenida 7 de Setembro, nº 2414, Cachoeirinha, CEP 69005-141, Manaus - AM, neste ato representado por **WILSON FURTADO BASTOS**, brasileiro, casado, formado em Direito, CPF nº. 075.204.842-20 Gestor de Contratos do Poder Público, em conformidade com a CTA – PR Nº 065/2021.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente **Termo de Contrato nº 14/2021**, decorrente inexorabilidade de Licitação 01/2021 do 3º BIS, constante do processo 65296.006632/2021-97, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, Resolução ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, Contrato de Concessão nº 20-2001-ANEEL e demais normas que regem a matéria, e às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA NOMENCLATURA TÉCNICA: Para perfeita inteligência e maior precisão da terminologia técnica usada neste instrumento, fica acertado entre as partes os conceitos dos seguintes termos e expressões:

1 – **ENERGIA ATIVA** – Quantidade de energia que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-horas (kWh);



II – **ENERGIA REATIVA** – Quantidade de energia elétrica que pode circular continuamente entre diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh);

III – **POTÊNCIA** – Energia elétrica ativa solicitada na unidade tempo expressa em quilowatt (kW);

IV – **DEMANDA** – Média das potências elétricas ativas ou reativas, solicitadas ao sistema elétrico pela parcela da carga instalada em operação da unidade consumidora, durante um intervalo de tempo especificado;

V – **DEMANDA MEDIDA** – Maior demanda de potência ativa, verificada por medição, integralizada no intervalo de 15 (quinze) minutos durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW);

VI – **DEMANDA MÉDIA** – O valor de demanda consumida em um período de tempo definido, calculado pela relação entre a energia ativa neste período e o número de horas do mesmo período, expressa em quilowatt (kW);

VII – **DEMANDA CONTRATADA** – Demanda a ser obrigatoriamente colocada à disposição da CONTRATANTE, pela CONTRATADA, no “ponto de entrega”, a partir da “data de início de fornecimento de energia”, conforme valor e período de vigência fixado neste Contrato, e que deverá ser integralmente paga, independentemente de ser ou não ser utilizada, observadas as condições previstas no presente Contrato;

VIII – **FATOR DE POTÊNCIA** – Razão entre a energia ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias ativa e reativa, no mesmo período de tempo definido;

IX – **FATOR DE CARGA** – Razão entre a demanda média e a demanda máxima ocorrida no mesmo intervalo de tempo definido;

X – **PONTO DE ENTREGA** – É o ponto até o qual a CONTRATADA se obriga a fornecer energia elétrica se responsabilizando pela execução dos serviços de operação e manutenção, não sendo necessariamente o ponto de medição;

XI – **CARGA INSTALADA** – Soma das potências nominais de todos os aparelhos instalados nas dependências da CONTRATANTE, os quais em qualquer tempo pode consumir energia elétrica da CONTRATADA, expressa em quilowatts (kW).

XII – **DATA DO INÍCIO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA** – Data a partir da qual a CONTRATADA se compromete a colocar à disposição da CONTRATANTE a demanda contratada;

XIII – **DEMANDA DE ULTRAPASSAGEM** – Parcela da demanda medida que excede o valor da demanda contratada, expressa em quilowatts (kW).

XIV – **MODALIDADE TARIFÁRIA** – Conjunto de tarifas aplicáveis as componentes de consumo de energia elétrica e demanda de potência ativas:

- a) Modalidade tarifária horária verde: aplicada às unidades consumidoras do grupo A, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia, assim como de uma única tarifa de demanda de potência; e

- b) Modalidade tarifária horária azul: aplicada às unidades consumidoras do grupo A, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica e de demanda de potência, de acordo com as horas de utilização do dia.

XV – POSTO HORÁRIO – Período de tempo em horas para aplicação das tarifas de forma diferenciada ao longo do dia, considerando a seguinte divisão:

1. Posto horário ponta: período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas definidas pela distribuidora considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL para toda a área de concessão ou permissão, com exceção feita aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi, e os seguintes feriados:

Dia e Mês	Feriados Nacionais	Leis Federais
01 de janeiro	Confraternização Universal	10.607, de 19/12/2002
21 de abril	Tiradentes	10.607, de 19/12/2002
01 de maio	Dia do Trabalhador	10.607, de 19/12/2002
07 de setembro	Independência	10.607, de 19/12/2002
12 de outubro	Nossa Senhora Aparecida	6.802, de 30/06/1980
02 de novembro	Finados	10.607, de 19/12/2002
15 de novembro	Proclamação da República	10.607, de 19/12/2002
25 de dezembro	Natal	10.607, de 19/12/2002

2. Posto horário fora ponta: período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares aquelas definidas nos postos ponta e, para o Grupo B, intermediário;

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO: Por força deste instrumento a CONTRATADA obriga-se a prestar para a CONTRATANTE os serviços de fornecimento de Energia Elétrica, nas unidades consumidoras localizadas no estado do Amazonas, conforme detalhamento abaixo.

UC	ÓRGÃO	ENDEREÇO
0770728-2	3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA	Av. Frei Mathias de São Boa Ventura, S/N – Mariuá
0771068-2	3º BIS - HOTEL DE TRÂNSITO MISTO	Av. dos Pioneiros nº 50, Vila Militar, Mariuá

	1	2		
Código UC	0770728-2		0771068-2	
Nome UC	3ª BIS		HTM	
Endereço UC	Av. Frei Mathias de São Boa Ventura, S/N - Mariuá - Barcelos - AM		Av. dos Pioneiros nº 5/N, Vila Militar, Mariuá - Barcelos - AM	
Modalidade Tarifária	<Verde>		<Verde>	
Montante de Energia Elétrica Contratada (Marcar Opção)	a) (X) Montante Médio Mensal (MWmédio)		a) (X) Montante Médio Mensal (MWmédio)	
	b) () Montante de Energia Medida (Mwmédio)		b) () Montante de Energia Medida (Mwmédio)	
	Ponta (MWmédio)	Fora Ponta (MWmédio)	Ponta (MWmédio)	Fora Ponta (MWmédio)
	100 kWh		40 kWh	
Contrato Distribuidora				

O presente contrato tem como objetivo regular, exclusivamente, as condições de fornecimento de energia elétrica pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, segundo a estrutura tarifária convencional, grupo "A" Tarifa "VERDE".

Parágrafo Único – A alteração da modalidade tarifária, desde que solicitada formalmente pelo CONSUMIDOR, será efetuada nos seguintes casos:

- Desde que a alteração precedente tenha sido anterior aos 12 (doze) últimos ciclos de faturamento;
- A pedido do consumidor, desde que o pedido seja apresentado em até 3(três) ciclos completos de faturamento posteriores a revisão tarifária da distribuidora; ou
- Quando ocorrer alteração na demanda contratada ou na tensão de fornecimento que impliquem em novo enquadramento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços ora contratados serão realizados sob regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é indeterminado, conforme Orientação Normativa nº 36/2011, da AGU, verbis:

A administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a imprensa nacional,

desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

CLÁUSULA QUINTA – DA DEMANDA CONTRATADA: Demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela concessionária “no ponto de entrega”, a partir da “data de início de fornecimento de energia”, conforme valor e período de vigência fixados no Contrato de Fornecimento, e que deverá ser integralmente paga, seja ou não utilizada, durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR MENSAL: O valor mensal estimado dos serviços é de R\$ 22.100,00 (vinte e dois mil e cem reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR GLOBAL DA MÉDIA TENSÃO: O valor global estimado dos serviços é de R\$ 265.200,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais) para o exercício de 2021/2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício à conta da seguinte dotação orçamentária: **Natureza de Despesa:** 339039; **Programa de Trabalho:** 193894; **Fonte:** 0100000000; **Gestão/ Unidade:** 0001; **PI:** 13DACSPENEL, **NE:** 2021NE277, no valor estimado de R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais) ficando o saldo remanescente à conta da dotação orçamentária consignada do orçamento vingueiro.

CLÁUSULA NONA – DA MEDIÇÃO E CONTROLE DE FORNECIMENTO: A energia elétrica fornecida pela contratada à contratante poderá ser medida, para fins de faturamento, na subestação abaixadora da contratante, relativo ao ponto de entrega de energia ou no poste externo da concessionária, na derivação da conexão do seu sistema elétrico com o ramal do cliente.

Parágrafo Primeiro – A medição de demanda será feita através de aparelhos registradores de demanda, com período de integração de 15 (quinze) minutos, e a medição de energia ativa e reativa, através de aparelhos registradores de kWh e kVArh, alimentados por transformadores de medição pertencentes à contratada.

Parágrafo Segundo – A aparelhagem necessária para o cumprimento desta cláusula, os medidores e transformadores de medição, todos de propriedade da contratada, deverão ser ensaiados, calibrados e ajustados pela mesma, antes de serem colocados em serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES OPERATIVAS: A contratante se compromete a não contratar com terceiros a compra de energia elétrica para uso em suas instalações aqui especificadas, ainda que a título precário, sem o prévio e expresso consentimento da contratada e autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Parágrafo Primeiro: A contratante não poderá revender ou ceder a terceiros a energia recebida da contratada.

Parágrafo Segundo: A contratada poderá exigir, em qualquer tempo, proteção contra quaisquer perturbações que se produzam no seu sistema ou nos equipamentos de outros consumidores adjacentes, em consequência de funcionamento anormal de equipamentos de utilização da contratante.

Parágrafo Terceiro: A contratante consentirá, em qualquer tempo, que representantes da contratada, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações de medição e subestação abaixadora dentro de sua propriedade e fornecerá os dados e informações que solicitarem sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações que estejam ligados à rede elétrica.

Parágrafo Quarto: A contratante será responsável, na qualidade de depositário a título gratuito, pela custódia dos equipamentos de medição no caso de serem instalados em sua propriedade pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO FORNECIMENTO: O “ponto de entrega” de energia elétrica para fins desde Contrato fica definido como sendo a conexão do sistema elétrico da contratada com as instalações de utilização de energia da contratante, situado no limite da via pública com o imóvel em que se localiza a unidade consumidora, conforme **Anexo I**.

Parágrafo Primeiro: A contratante fornecerá à contratante, no “ponto de entrega” estabelecendo na Cláusula Décima Segunda, energia elétrica em corrente alternada, trifásica, na frequência nominal de 60 Hz e na Tensão Contratada entre fases conforme Anexo I, respeitando os limites de variações da tensão de leitura em regime adequado.

Parágrafo Segundo: As características técnicas do fornecimento de energia elétrica da contratada a contratante são aquelas estabelecidas na legislação e normas em vigor.

Parágrafo Terceiro: Não será permitida a ligação de equipamento gerador de energia elétrica de propriedade da contratante, ou de terceiros a seu serviço, em paralelo com o sistema da contratada. Porém, caso a contratante planeje um suprimento de energia alternativo próprio, para os casos de contingência interna, deverá apresentar projeto aprovação da contratada, contemplando, principalmente, os aspectos que envolvam segurança, a exemplo de instalação de chave reversora com intertravamento elétrico e mecânico, que permita isolar o circuito interno suprido em emergências, dos circuitos interligados à rede da Concessionária, garantindo assim a operação com segurança, do sistema de distribuição interno de sua unidade consumidora e da rede de distribuição da contratada.

Parágrafo Quarto: A contratante envidará seus melhores esforços para usar sempre a energia trifásica de tal maneira que a corrente seja tomada igualmente nas três fases, não devendo a diferença entre duas fases qualquer ser maior do que 5% (cinco por cento) da média das correntes nas três fases.

Parágrafo Quinto: A contratada se reserva o direito de solicitar, a qualquer tempo e à vista de entendimentos com a contratante, que instale, dentro do prazo razoável a serem determinados por acordo entre as partes, equipamentos destinados a resguardar o sistema da contratada da influência de harmônicos em níveis prejudiciais, originários das instalações da contratante, ou para reduzir as flutuações de tensão e frequência devidas a oscilações bruscas de carga ou quaisquer outras perturbações igualmente prejudiciais, provenientes das instalações a serem energizadas, ocorrendo as diligências e custos correspondentes à exclusiva e direta responsabilidade da contratante.

Parágrafo Sexto: A contratante deverá manter o “fator de potência” indutivo ou capacitivo de suas instalações o mais próximo possível da unidade. Se o “fator de potência” médio mensal, verificado por medição, for inferior a 92% a contratada se reserva o direito de solicitar, a qualquer tempo e à vista de entendimentos com a contratante, que instale, dentro do prazo razoável a serem determinados por acordo entre as partes, equipamentos destinados a correção desse fator, para limite acima citado.

“fator de potência”

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PERÍODO DE TESTES: A contratada aplicará automaticamente o período de testes, com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, com o propósito de permitir a adequação de demanda contratada e a escolha da modalidade tarifária, nas seguintes situações:

- I – Início do fornecimento;
- II – Mudança para faturamento aplicável a unidades consumidoras do grupo A, cuja opção anterior tenha sido por faturamento do grupo B;
- III – Enquadramento na modalidade tarifária horária azul; e
- IV – Acréscimo de demanda, quando maior que 5% (cinco por cento) da contratada.

Parágrafo Primeiro: Durante o período de testes, a demanda a ser considerada para fins de faturamento deve ser a demanda medida, exceto na situação prevista no inciso III, onde será faturado o maior valor entre a demanda medida e a demanda contratada anteriormente à solicitação de acréscimo.

Parágrafo Segundo: Durante o período de testes, aplica-se a cobrança por ultrapassagem de demanda quando os valores medidos excederem o somatório de:

- I – A nova demanda contratada ou inicial;
- II – 5% (cinco por cento) da demanda anterior ou inicial; e
- III – 30% (trinta por cento) da demanda adicional ou inicial.

Parágrafo Terceiro: Fica facultado ao contratante solicitar durante o período de testes, novos acréscimos de demanda.

Parágrafo Quarto: Ao final do período de testes a contratante poderá solicitar redução de demanda de até 50% (cinquenta por cento) da demanda adicional ou inicial contratada; não podendo resultar em um montante inferior a 106% (cento e seis por cento) da demanda contratada anteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO: O valor de demanda contratada prevista neste contrato poderá ser revista pela CONTRATANTE, observado o disposto na cláusula 13ª e, quando necessário, mediante prévia aprovação pela CONTRATADA de viabilidade técnica e projetos pertinentes para atender ao fornecimento, devendo obedecer aos critérios abaixo:

1. As solicitações de redução de demanda, não contempladas na cláusula 19ª, deverão ser formalizadas com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias de sua aplicação, sendo vedada mais de uma redução em um período de 12 (doze) meses.
2. A solicitação de aumento de demanda deverá ser formalizada com antecedência de 30 (trinta) dias de sua aplicação.

Parágrafo Único: A alteração do valor de demanda pretendido pela contratante será objeto de termo aditivo a este contrato de fornecimento de energia elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO: O presente instrumento será rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, no caso de infração a qualquer de suas cláusulas ou de contrariedade às normas legais e administrativas reguladoras dos serviços de energia elétrica, respondendo a parte infratora pelos prejuízos que causar à outra, devendo o ressarcimento ser feito em 5 (cinco) dias contados do recebimento da comunicação do débito.

Parágrafo Único: O encerramento da relação contratual entre a DISTRIBUIDORA e o consumidor dar-se-á, alternativamente também, nas ocorrências dos seguintes eventos:

- a) Por iniciativa do CONSUMIDOR, através de pedido de desligamento da unidade consumidora;
- b) Por iniciativa da DISTRIBUIDORA, quando houver pedido de fornecimento formulado por novo interessado, referente à mesma unidade consumidora, ouvido o CONSUMIDOR;
- c) Término da vigência do Contrato;
- d) Ou no caso de decorrido dois ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia, praticados durante a suspensão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FATURAMENTO: O faturamento de demanda será feito mensalmente, pela contratada, a partir das datas fixadas na cláusula quinta, ficando entendido desde já que será considerado como demanda faturável mensal, o maior dentre os definidos a seguir:

- a) Demanda contratada ou demanda medida, exceto para unidade consumidora da classe rural ou reconhecida como sazonal;
- b) Demanda medida no ciclo de faturamento ou 10% (dez por cento) da maior demanda medida em qualquer dos 11 (onze) ciclos completos de faturamento anteriores, no caso da unidade consumidora incluída na tarifa convencional, na classe rural ou reconhecida como sazonal; ou
- c) Demanda medida no ciclo de faturamento ou 10% (dez por cento) da maior demanda contratada, no caso de unidade consumidora incluída na tarifa horossazonal da classe rural ou reconhecida como sazonal.

Parágrafo Primeiro: Para fins de faturamento a componente de consumo, em kWh, será a “energia ativa” efetivamente registrada durante o mês.

Parágrafo Segundo: De acordo com a legislação e demais normas vigentes, a tarifa básica para o cálculo das faturas de energia elétrica será a que estiver homologada pela ANEEL em vigor na ocasião, para a contratada. Todos os ajustes tarifários que venham a ser fixados pelos órgãos federais competentes para a contratada serão aplicados ao faturamento, em conformidade com a legislação específica e demais normas em vigor.

Parágrafo Terceiro: Serão aplicados no faturamento os tributos e demais encargos previstos pela legislação e normas em vigor na época, os quais incidirão sobre os valores constantes na fatura.

Parágrafo Quarto: O faturamento será feito, para cada mês, em um período de aproximadamente 30 (trinta) dias, a partir da leitura realizada nos medidores por volta do dia 1º de cada mês.

Parágrafo Quinto: Se o “fator de potência” médio mensal indutivo das instalações da contratante, verificado pela medição, for inferior a 92% (noventa e dois por cento), a fatura será acrescida dos ajustes devido aos baixos fatores de potência, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Sexto: As faturas mensais serão apresentadas a contratante com suficientes detalhes para que os cálculos possam ser conferidos. Entretanto, os prazos para pagamento não serão afetados por discussões entre as partes sobre questões de cálculos, devendo a diferença a favor de quem de direito, quando houver, ser paga ou devolvida por processamento independente tão logo seja apurada. As faturas entregues pela contratada a contratante, por força do presente contato, serão consideradas devidas a partir da sua apresentação e deverão ser pagas no escritório da contratada, em Manaus-AM, ou através de rede bancária por ela designada, impreterivelmente, até o 10º (décimo) dia útil a contar da data de sua apresentação. Após tal prazo computar-se multas por atraso e penalidades previstas na legislação vigente.

Parágrafo Sétimo: Na contagem do prazo estabelecido nesta cláusula, para pagamento das contas, exclui-se o dia da apresentação e inclui-se o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUSPENSÃO E DA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO: A contratada se reserva o direito de suspender, total ou parcial, o fornecimento de energia elétrica a contratante, desde já isenta por esta de qualquer responsabilidade, penalidade ou indenização pelos prejuízos acaso advindos a contratante ou por esta causada a terceiros, em consequência desse fato quando a suspensão se verificar nos casos previstos na legislação e normas específicas de energia elétrica, ou por inobservância, pela contratante, de qualquer das cláusulas deste contrato, neste caso desde que não atendidas pela contratante as providências solicitadas pela contratada, no prazo por esta estipulado, que será em caso caso, suficiente para possibilitar a contratante o atendimento solicitado.

Parágrafo Primeiro: A contratada se reserva o direito de interromper o fornecimento de energia elétrica a contratante, desde já isentada por esta de qualquer responsabilidade, penalidade ou indenização pelos prejuízos acaso advindos a contratante ou por esta causada a terceiros, em consequência desse fato, quando a interrupção se verificar nos casos de manutenção preventiva, reparos de rotina, alterações ou substituições de equipamentos e materiais no sistema da contratada, ou serviços que impeçam o funcionamento, no todo ou parte, de suas instalações de produção, transformação, transmissão ou distribuição de energia elétrica.

Parágrafo Segundo: Nos casos de necessidade de interrupção do fornecimento de energia elétrica a contratante, por causas previstas no “caput” desta cláusula, a contratada dará prévio aviso à contratante, sempre que possível, sendo tais interrupções estabelecidas de comum acordo entre a contratada e a contratante.

Parágrafo Terceiro: Caberá igualmente a contratante informar à contratada, as paralisações programadas do seu sistema a fim de permitir conciliarem-se os interesses bilaterais nas interrupções do fornecimento.

Parágrafo Quarto: As informações de energia elétrica a contratante de que se trata esta cláusula não servirão de fundamento para redução da demanda faturável estabelecido na cláusula décima sétima.

Parágrafo Quinto: O fato de a contratada conceder a ligação, suspender ou interromper o fornecimento, ou reatá-lo, não acarreta para ela nenhuma responsabilidade por danos, prejuízos ou acidentes consequentes desse fato, salvo se comprovada sua culpa.

Parágrafo Sexto: Não se caracteriza culpa da contratada nos danos prejuízos ou acidentes consequentes de mau estado de conservação, funcionamento ou por qualquer outro problema advindo das instalações elétricas internas da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: A contratada deverá ajustar o contrato vigente, a qualquer tempo, sempre que solicitado pela contratante, em razão da implementação de medidas de eficiência energética que resultem em redução da demanda de potência, comprováveis pela distribuidora, ressalvado o disposto no contrato acerca do ressarcimento dos investimentos são amortizados durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A contratada deverá submeter previamente à distribuidora os projetos básicos e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas devidas, etapas de implementação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela distribuidora.

Parágrafo Segundo: A contratada informará a contratante no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da apresentação do projeto, as condições para a revisão da demanda contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO: A contratada e seus representantes legais apresentaram neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis a lavratura do presente, inclusive a certificação de regularidade dos órgãos fiscais e previdenciários a que está vinculada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CLÁUSULA ESSENCIAL: Constitui, também, cláusula essencial no presente termo de contrato, de observância obrigatória por parte da contratada, a impossibilidade, perante a contratante, de interrupção da prestação dos serviços, de forma unilateral, exceto nos casos previstos nos Artigos 171 e 172 da Resolução n.º 414 de 09/09/2010/ANEEL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO AMPARO LEGAL: O presente contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente termo, especialmente a Resolução n.º 414 de 09/09/2010/ANEEL, e a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, tendo como vinculação a dispensa prevista no artigo 24, inciso XXII da citada lei. Declara, neste mesmo ato, a contratada conhecer todas as normas, concordando sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

Parágrafo Único: Para os casos omissos no presente contrato e relativos às condições de fornecimento, prevalecerão as condições gerais estipuladas na legislação e normas em vigor, cabendo ainda, em última instância, recursos a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA MONTANTE MÉDIO MENSAL:

Parágrafo Primeiro. Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for maior que o produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Contratada, fixado em MW médios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

$$FEA(p) = MW_{\text{médio}} \text{CONTRATADO} \times HORAS_{\text{ciclo}} \times [EEAM(p)/EEAM(\text{ciclo})] \times TE_{\text{comp}}(p)$$

Parágrafo Segundo. Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for menor ou igual ao produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Ativa Contratada, fixado em MW médios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

$$FEA(p) = EEAM(p) \times TE_{\text{comp}}(p)$$

onde:

FEA(p) = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário "p", em Reais (R\$);

EEAM(p) = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário "p" do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);

EEAM(ciclo) = montante de Energia Elétrica Ativa medido no ciclo de faturamento, em megawatt-hora (MWh);

TECOMP(p) = Tarifa de Energia – TE;

MW médio CONTRATADO = montante de energia indicado em MW médios e fixado no item "F" da "PARTE I" para cada mês do Período de Fornecimento;

HORAS ciclo = indica a quantidade total de horas do Ciclo de Faturamento; e

p = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA TOTAL MEDIDA:

Parágrafo Primeiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica medida o faturamento da energia elétrica ativa será:

$$FEA(p) = EEAM(p) \times TE_{\text{comp}}(p)$$

onde:

FEA(p) = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário "p", em Reais (R\$);

EEAM(p) = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário "p" do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);

TECOMP(p) = Tarifa de Energia - TE definida no caput desta Cláusula; e

p = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

Parágrafo Segundo: Para fins de faturamento, na impossibilidade de avaliação do consumo nos Horários de Ponta e Fora de Ponta, esta segmentação deve ser efetuada proporcionalmente ao número de horas de cada segmento.



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS: O CONSUMIDOR obriga-se a pagar a DISTRIBUIDORA o valor correspondente à demanda contratada ainda que deixe de utilizá-la, total ou parcialmente, a partir da data da efetivação do fornecimento.

Parágrafo Primeiro – O não pagamento da Fatura de Energia Elétrica até a data estabelecida para seu vencimento, ensejará, além da multa e acréscimos previstos na legislação específica, a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Parágrafo Segundo – O pagamento da Fatura de Energia Elétrica no seu respectivo vencimento não poderá ser afetado por discussões entre as partes devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.

Parágrafo Terceiro – Obrigam-se as partes, Contratante e Contratada, a observância e cumprimento das normas e padrões vigentes, conforme preceitua a resolução nº 414/2010 da ANEEL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS GARANTIAS: A DISTRIBUIDORA poderá exigir do CONSUMIDOR, caso este tenha inadimplido mais de uma fatura mensal em um período de 12 (doze) meses, a entrega de uma garantia no valor inadimplido.

Parágrafo Primeiro: No caso de exigência da garantia, a DISTRIBUIDORA deverá notificar o CONSUMIDOR por escrito e para este fim específico, com entrega comprovada.

Parágrafo Segundo: A garantia deverá ser apresentada mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a critério do CONSUMIDOR, e vigorará pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura inadimplida. A garantia deverá permitir a execução total ou parcial do valor garantido, em caso de inadimplemento do CONSUMIDOR, de forma imediata e a qualquer momento, mediante notificação escrita e específica da DISTRIBUIDORA, com entrega comprovada ao CONSUMIDOR. Verificando-se a qualquer tempo a insuficiência da garantia, a DISTRIBUIDORA poderá exigir reforço de garantia limitado ao valor inadimplido, o qual deverá ser apresentado pelo CONSUMIDOR no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respectiva notificação feita por escrito pela DISTRIBUIDORA.

Parágrafo Terceiro: O descumprimento pelo CONSUMIDOR das obrigações previstas nesta Cláusula poderá ensejar a suspensão do fornecimento de energia ou o impedimento do restabelecimento do fornecimento, caso já tenha ocorrido suspensão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO: Durante o período de vigência deste contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. JURANDIR DOS ANJOS TROVÃO – 3º Sgt – Fiscal de Contrato de Energia Elétrica.

Parágrafo Primeiro: As decisões e providências que ultrapassem a competência do Sr. JURANDIR DOS ANJOS TROVÃO – 3º Sgt – Fiscal de Contrato de Energia Elétrica deverão ser solicitadas ao Sr. JARDSON PATRÍCIO FERREIRA MARTINS – Cap – Fiscal Administrativo da CONTRATANTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

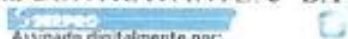
Parágrafo Segundo: A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – FORO: Fica eleito o foro da cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para dirimir qualquer pendência decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por haverem assim ajustado, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Manaus, ____ de ____ de ____.

Pela CONTRATANTE: 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA


Assinado digitalmente por:
MÁRCIO WEBER DE MENEZES
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.sorpro.gov.br/assinador-digital>>

Nome: MÁRCIO WEBER DE MENEZES
Cargo: Ordenador de Despesas
CPF: 620.374.800-59

AMAZONAS ENERGIA.

Wilson Furtado Bastos
Gestor de Contratos do Poder Público

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF:

CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA QUE ENTRE SI CELEBRAM A AMAZONAS ENERGIA E O 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA.

CCER - Nº14/2021

CONTRATANTE: a UNIÃO, por intermédio do 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA com registro do CNPJ nº 11.803.735/0001-70, com sede na Av. Frei Mathias de São Boa Ventura, s/nº, CEP 69700-000, Barcelos - AM, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas, Sr. **MÁRCIO WEBER DE MENEZES**, Carteira de Identidade nº. 011397794-6 MD/EB e CPF nº. 620.374.800-59, nomeado pela Portaria nº. 549, de 05 de junho de 2020, publicada no D.O.U nº. 109 de 09 de junho de 2020.

CONTRATADA: **AMAZONAS ENERGIA**, Concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica, inscrita no CNPJ (MF) 02.341.467/0001-20, localizada na Avenida 7 de Setembro, nº 2414, Cachoeirinha, CEP 69005-141, Manaus - AM, neste ato representado por **WILSON FURTADO BASTOS**, brasileiro, casado, formado em Direito, CPF nº. 075.204.842-20 Gestor de Contratos do Poder Público, em conformidade com a CTA - PR Nº 065/2021.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente **Termo de Contrato nº 14/2021**, decorrente inexorabilidade de Licitação 01/2021 do 3º BIS, constante do processo 65296.006632/2021-97, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, Resolução ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, Contrato de Concessão nº 20-2001-ANEEL e demais normas que regem a matéria, e às seguintes cláusulas e condições:

DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS APLICÁVEIS AO CONTRATO

Para o efeito de permitir o entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste **CONTRATO** e em seus Anexos, fica, desde já, acordado entre as **PARTES** o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96.

BANDEIRA TARIFÁRIA: sistema tarifário que tem como finalidade sinalizar aos consumidores faturados pela DISTRIBUIDORA por meio da Tarifa de Energia, os custos atuais da geração de energia elétrica.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: ambiente onde se processa a compra e venda de energia elétrica, criada pela lei 10.848, de 15 de março de 2004 e regulamentada pelo Decreto Lei nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

CICLO DE FATURAMENTO: intervalo de tempo de aproximadamente 30 (trinta) dias, compreendido entre a data da leitura, do medidor de energia elétrica, de um determinado mês e a data da leitura no mês seguinte, de acordo com o calendário a ser definido pela DISTRIBUIDORA.

CONSUMIDOR: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento, a contratação de energia ou o uso do sistema elétrico à DISTRIBUIDORA assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s).

CONSUMIDOR ESPECIAL: agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no § 5º do art. 26 da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para Unidade Consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995.

CONSUMIDOR LIVRE: agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995.

CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: pessoa jurídica cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre.

CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: Consumidor Livre ou Especial cujo atendimento se dê parcialmente sob condições reguladas;

CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER: é o presente Contrato, que estabelece os termos e condições para compra de energia no ambiente regulado da DISTRIBUIDORA pelo CONSUMIDOR.

DISTRIBUIDORA: agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

ENERGIA ELÉTRICA ATIVA: energia elétrica que pode ser convertida em outra forma de energia expressa em quilowatt-hora (kWh).

ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA: é a Energia Elétrica Ativa, expressa em MWh médios e/ou MWh, vendida pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão mediante entrega simbólica, para cada mês do presente Contrato durante seu período de vigência.

ENERGIA ELÉTRICA REATIVA: energia elétrica que circula continuamente entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampere-reativo-hora (kVARh).

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO: equipamentos destinados à medição dos montantes de energia elétrica e potência disponibilizada no Ponto de Conexão, bem como do MUSD utilizado pelo CONSUMIDOR, de acordo com os padrões especificados pela regulamentação em vigor.

HORÁRIO DE PONTA: é o período composto de 03 (três) horas diárias consecutivas, fixadas pela DISTRIBUIDORA, com a aprovação da ANEEL, exceção feita aos sábados, domingos, feriados nacionais fixos de 01 de janeiro (Confraternização Universal), 21 de abril (Tiradentes), 01 de maio (Trabalho), 07 de setembro (Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida), 02 de novembro (Finados), 15 de novembro (Proclamação da República), 25 de dezembro (Natal) e feriados nacionais móveis de Terça Feira de Carnaval, Sexta Feira da Paixão e Corpus Christi.

HORÁRIO FORA DE PONTA: é o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no Horário de Ponta.

HORÁRIO RESERVADO: é o período diário contínuo composto de 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos, que compreende das 21h30 min às 6h, no qual é passível a aplicação do desconto para carga destinada à irrigação.

INÍCIO DO FORNECIMENTO: data partir da qual considera-se contratado o objeto deste Contrato para efeitos de início de vigência.

MW médios: é o valor de megawatt-hora dividido por um período de tempo considerado.

PERÍODO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA: é o período durante o qual será efetivamente fornecida a Energia Elétrica Contratada ao CONSUMIDOR.

PONTO DE CONEXÃO: conjunto de equipamentos que se destina a estabelecer a conexão na fronteira entre as instalações da DISTRIBUIDORA e do CONSUMIDOR.

TARIFA: preço da unidade de energia elétrica (kWh) e/ou da demanda de potência (kW) ativas.

TARIFA AZUL: modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de Tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia e os períodos do ano, bem como de Tarifas diferenciadas de demanda de potência de acordo com as horas de utilização do dia.

TARIFA DE ENERGIA – TE: valor monetário, fixado em Reais por unidade de Energia Elétrica Ativa, estabelecido pela ANEEL como remuneração à DISTRIBUIDORA pelo fornecimento de energia elétrica aos consumidores total ou parcialmente atendidos no ambiente regulado.

TARIFA VERDE: modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de Tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia, bem como de uma única Tarifa de demanda de potência independente de utilização do dia.

TENSÃO PRIMÁRIA: tensão disponibilizada no sistema elétrico da DISTRIBUIDORA, com valores padronizados iguais ou superiores a 2,3 kV.

TRIBUTOS: Todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Contrato.

UNIDADE CONSUMIDORA: conjunto composto por instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em um só Ponto de Entrega, com medição individualizada e correspondente a um único CONSUMIDOR.

QUADRO I

UNIDADE CONSUMIDORA
UC Nº: 0770728-2
Endereço do ponto de entrega: Av. Frei Mathias de São Boa Ventura, S/N – Mariuá
Cidade/UF: Barcelos/AM
UC Nº: 0771068-2
Endereço do ponto de entrega: Av. dos Pioneiros nº 50, Vila Militar, Mariuá
Cidade/UF: Barcelos/AM
Modalidade Tarifária Horária: <Verde>
MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA a) ☒ Pela Energia Elétrica Total Medida Mensal (KWh) b) ☐ Pelo Montante Médio Mensal (KWh médios)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto regular a compra e venda de Energia Elétrica Ativa entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora, nos termos e condições previstos no presente termo e observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MODALIDADE DE TARIFÁRIA E CRITÉRIOS DE FATURAMENTOS

I – O CONSUMIDOR receberá energia elétrica, no ponto de entrega, para uso exclusivo em sua instalação, situada no endereço acima citado.

II – Entende-se por PONTO DE ENTREGA o ponto de conexão do sistema elétrico da concessionária com as instalações elétricas da unidade consumidora, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do fornecimento.

III - A prestação dos serviços de operação e manutenção será atendido pela DISTRIBUIDORA até o ponto de entrega.

IV – A Estrutura Tarifária aplicada será aquela definida conforme Quadro I.

V – Os critérios de inclusão nas modalidades tarifárias são os estabelecidos pelo art. 57, § 1º, Incisos I, II e III da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010.

VI – Especificamente para unidades consumidoras da classe cooperativa de eletrificação rural, a inclusão na tarifa horária azul ou verde deve ser realizada mediante opção do consumidor.

VII – O faturamento da unidade consumidora do grupo A deverá ser realizado com base nos valores identificados da demanda faturável e do consumo de energia elétrica ativa, quando o caso couber.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício à conta da seguinte dotação orçamentária: **Natureza de Despesa:** 339039; **Programa de Trabalho:** 193894; **Fonte:** 0100000000; **Gestão/ Unidade:** 0001; **PI:** I3DACSPENEL, **NE:** 2021NE277, no valor estimado de **RS 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais)** ficando o saldo remanescente à conta da dotação orçamentária consignada do orçamento vingueiro.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

I – A energia elétrica será fornecida ao CONSUMIDOR, no ponto de entrega, em corrente alternada trifásica, frequência de 60 (sessenta) Hz, na tensão contratada conforme Quadro I.

Parágrafo Primeiro – No caso da medição ser em baixa tensão, a alteração da tensão secundária dependerá da prévia autorização e adequação da medição, por parte da DISTRIBUIDORA.

II – A DISTRIBUIDORA, quando solicitado pelo CONSUMIDOR, poderá liberar o sinal de energia do medidor, isentando-se, porém, de qualquer responsabilidade quanto aos pulsos usados para o controle de demanda.

III – O CONSUMIDOR pode optar pela mudança para o grupo A com aplicação da tarifa do subgrupo AS, quando a unidade consumidora tiver carga instalada superior a 75kW e for atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária.

CLÁUSULA QUINTA - DO INÍCIO DO FORNECIMENTO

O fornecimento de energia elétrica de que trata a cláusula primeira deste contrato terá início conforme Quadro I.

Parágrafo Único – A DISTRIBUIDORA não se responsabilizará por eventuais atrasos que possam vir a ocorrer com respeito ao início do fornecimento, devido a demora na obtenção de servidões de passagens fora dos limites de vias públicas, desapropriações ou travessias em estradas de rodagem ou ferrovias, para implantação de torres e postes de sustentação de passagem de linhas de transmissão ou distribuição, e em caso de força maior.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA

O Montante de Energia Elétrica Contratada a ser disponibilizado pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR, no Ponto de Entrega durante o período de fornecimento da energia, poderá ser de acordo com uma das modalidades assinalada no Quadro I

Parágrafo Primeiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica medida, nos termos da opção “a” do Quadro I; a DISTRIBUIDORA somente estará obrigada a disponibilizar a Energia Elétrica Ativa sob esta modalidade enquanto o CONSUMIDOR não optar pela contratação parcial de energia elétrica no ambiente de contratação livre.

Parágrafo Segundo: Caso o CONSUMIDOR venha a optar pela contratação parcial de energia elétrica no ambiente de contratação livre, os montantes mensais deverão ser fixados por meio de aditivo ao presente Contrato, respeitada a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término do período de vigência em curso.

Parágrafo Terceiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica contratada, nos termos da alínea “B”, aplica-se o disposto nos incisos seguintes:

I - Os montantes mensais indicados no quadro, constante no “caput” desta cláusula poderão ser aumentados desde que o CONSUMIDOR notifique a DISTRIBUIDORA com a antecedência mínima de 60 (sessenta) meses, ou em prazo menor, a critério da DISTRIBUIDORA.

II - Os montantes mensais indicados no quadro, constante no “caput” desta cláusula poderão ser reduzidos desde que o CONSUMIDOR notifique com a antecedência mínima em relação ao término da vigência contratual de:

- a) 90 (noventa) dias, para os consumidores pertencentes ao subgrupo A4; ou
- b) 180 (cento e oitenta) dias, para os consumidores pertencentes aos demais subgrupos.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

O valor a ser pago mensalmente pelo CONSUMIDOR será o resultado da multiplicação da Tarifa de Energia – TE

- a) Pelo total medido da Energia Elétrica Ativa na Unidade Consumidora, a cada Ciclo de Faturamento; caso o CONSUMIDOR seja atendido na modalidade indicada no Quadro I; ou
- b) Pelo montante constante no Quadro I para cada mês do Período de Fornecimento, caso o CONSUMIDOR seja atendido na modalidade pelo montante Médio Mensal, observado o disposto nos parágrafos subsequentes;

CLÁUSULA OITAVA – CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA MONTANTE MÉDIO MENSAL

Parágrafo Primeiro. Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for maior que o produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Contratada, fixado em MW médios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

FEA(p) = MW médio CONTRATADO X HORAS ciclo X [EEAM(p)/EEAM(ciclo)] X TE comp (p)

Parágrafo Segundo. Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for menor ou igual ao produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Ativa Contratada, fixado em MW médios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

$$\text{FEA(p)} = \text{EEAM(p)} \times \text{TE comp(p)}$$

onde:

FEA(p) = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário “p”, em Reais (R\$);

EEAM(p) = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário “p” do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);

EEAM(ciclo) = montante de Energia Elétrica Ativa medido no ciclo de faturamento, em megawatt-hora (MWh);

TECOMP(p) = Tarifa de Energia – TE;

MW médio CONTRATADO = montante de energia indicado em MW médios e fixado no item “F” da “PARTE I” para cada mês do Período de Fornecimento;

HORAS ciclo = indica a quantidade total de horas do Ciclo de Faturamento; e

p = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

CLÁUSULA NONA – CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA TOTAL MEDIDA

Parágrafo Primeiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica medida o faturamento da energia elétrica ativa será:

$$\text{FEA(p)} = \text{EEAM(p)} \times \text{TEcomp(p)}$$

onde:

FEA(p) = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário “p”, em Reais (R\$);

EEAM(p) = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário “p” do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);

TECOMP(p) = Tarifa de Energia - TE definida no caput desta Cláusula; e

p = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

Parágrafo Segundo: Para fins de faturamento, na impossibilidade de avaliação do consumo nos Horários de Ponta e Fora de Ponta, esta segmentação deve ser efetuada proporcionalmente ao número de horas de cada segmento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: Os custos e encargos de conexão e uso do sistema de distribuição são de responsabilidade do CONSUMIDOR, conforme contratos específicos celebrados entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA e poderão ser faturados conjuntamente com o valor relativo à compra da energia elétrica, nos termos Cláusula Sexta.

Parágrafo Segundo: O valor mensal a ser pago pelo CONSUMIDOR, apurado conforme as Cláusulas Sexta, Sétima e Oitava, será faturado pela DISTRIBUIDORA por meio da emissão da Fatura.

Parágrafo Terceiro: As Faturas conterão, além dos valores apurados nos termos das Cláusulas Sexta, Sétima e Oitava, os encargos, Tributos e demais valores a serem pagos, conforme estabelecido em legislação específica.

Parágrafo Quarto: As Faturas serão entregues ao CONSUMIDOR no endereço da Unidade Consumidora no item “B” da “PARTE I”, ou, alternativamente, em outro endereço que venha a ser indicado por escrito pelo CONSUMIDOR

Parágrafo Quinto: O pagamento da Fatura na data de vencimento não será afetado por discussões entre as PARTES, devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MEDIÇÃO

A verificação do montante total de energia elétrica consumido pela unidade consumidora objeto deste contrato, será feita por meio de processo de medição que possibilita a quantificação e o registro de grandezas elétricas associadas ao consumo de energia elétrica.

Parágrafo Único. As regras de instalação e manutenção do medidor e demais equipamentos de medição de energia elétrica estão reguladas no Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD celebrado entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEITURA

A DISTRIBUIDORA efetuará a leitura do medidor em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) e o máximo de 33 (trinta e três) dias.

Parágrafo Primeiro. Para o primeiro faturamento da Unidade Consumidora, ou havendo necessidade de remanejamento de rota ou reprogramação do calendário, as leituras podem ser realizadas, excepcionalmente, em intervalos de no mínimo 15 (quinze) e no máximo 47 (quarenta e sete) dias.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo impedimento de acesso para fins de leitura, o valor faturável de energia elétrica será o resultante da média aritmética dos 12 (doze) últimos faturamentos anteriores à constatação do impedimento. Esse procedimento pode ser aplicado por até 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, devendo a DISTRIBUIDORA, tão logo seja caracterizado o impedimento, comunicar ao CONSUMIDOR, por escrito, sobre a obrigação de permitir o acesso à Unidade Consumidora e da possibilidade da suspensão do fornecimento. O acerto de faturamento deve ser realizado no Ciclo de Faturamento subsequente à regularização da respectiva leitura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DESCONTO AO IRRIGANTE E AO AQUICULTOR

A DISTRIBUIDORA concederá desconto especial na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica ativa, exclusivamente, na carga destinada à irrigação vinculada à atividade de agropecuária e na carga de aquicultura, desde que a unidade consumidora seja atendida por meio do SIN, o consumidor efetue a solicitação por escrito; e não possua débitos vencidos relativos à unidade consumidora beneficiada com desconto.

Parágrafo Primeiro – A DISTRIBUIDORA aplicará, independente do subgrupo tarifário da unidade consumidora, o desconto no horário de 21h30 min às 6h do dia seguinte.

Parágrafo Segundo – Para a unidade consumidora classificada como cooperativa de eletrificação rural, o desconto incidirá sobre o somatório dos consumos de energia elétrica nas unidades dos cooperados verificados no período estabelecido, cabendo à cooperativa fornecer os dados necessários a DISTRIBUIDORA.

Parágrafo Terceiro – o desconto será suspenso quando do inadimplemento ou constatação de procedimento irregular que tenha provocado o faturamento incorreto da unidade consumidora beneficiada com o desconto.

Parágrafo Quarto – Ficam definidas as seguintes cargas para aplicação dos descontos:

- a) aquicultura: cargas específicas utilizadas no bombeamento dos tanques de criação, berçário, na aeração e iluminação nesses locais; e
- b) irrigação: cargas destinadas ao bombeamento e aspersão da água.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Consumidor deve submeter *previamente* a DISTRIBUIDORA os projetos básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas

devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela distribuidora.

Parágrafo Único – A DISTRIBUIDORA, em até 30 (trinta) dias da apresentação dos projetos mencionados no *caput* desta cláusula, informará ao consumidor as condições para revisão da demanda contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO HORÁRIO DOS POSTOS TARIFÁRIOS

Para todos os efeitos, o horário de ponta, será o intervalo compreendido entre às 20:00h e 22:59h, exceção feita aos sábados, domingos e os feriados definidos por Lei Federal, tais como: terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, “Corpus Christi”, 01 de janeiro, 21 de abril, 01 de maio, 07 de

setembro, 12 de outubro, 02 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro, por não haver Horário de Ponta.

Parágrafo Único: Entende-se por horário fora de ponta o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no horário de ponta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MUDANÇA DO GRUPO TARIFÁRIO

Realizada qualquer alteração no grupo tarifário da Unidade Consumidora só poderá ocorrer nova mudança, respeitando-se um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da última modificação ou desde que o pedido seja apresentado em até 3(três) ciclos completos de faturamento posteriores à revisão tarifária de distribuidora, conforme previsto no art. 57, §5º, I e II da Resolução nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O CONSUMIDOR obriga-se a pagar a DISTRIBUIDORA o valor correspondente à demanda contratada ainda que deixe de utilizá-la, total ou parcialmente, a partir da data da efetivação do fornecimento.

Parágrafo Primeiro – O não pagamento da Fatura de Energia Elétrica até a data estabelecida para seu vencimento, ensejará, além da multa e acréscimos previstos na legislação específica, a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Parágrafo Segundo – O pagamento da Fatura de Energia Elétrica no seu respectivo vencimento não poderá ser afetado por discussões entre as partes devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.

Parágrafo Terceiro – Obrigam-se as partes, Contratante e Contratada, a observância e cumprimento das normas e padrões vigentes, conforme preceitua a resolução nº 414/2010 da ANEEL.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS GARANTIAS

A DISTRIBUIDORA poderá exigir do CONSUMIDOR, caso este tenha inadimplido mais de uma fatura mensal em um período de 12 (doze) meses, a entrega de uma garantia no valor inadimplido.

Parágrafo Primeiro: No caso de exigência da garantia, a DISTRIBUIDORA deverá notificar o CONSUMIDOR por escrito e para este fim específico, com entrega comprovada.

Parágrafo Segundo: A garantia deverá ser apresentada mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a critério do CONSUMIDOR, e vigorará pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura inadimplida. A garantia deverá permitir a execução total ou parcial do valor garantido, em caso de inadimplemento do CONSUMIDOR, de forma imediata e a qualquer momento, mediante notificação escrita e específica da DISTRIBUIDORA, com entrega comprovada ao CONSUMIDOR. Verificando-se a qualquer tempo a insuficiência da garantia, a DISTRIBUIDORA poderá, exigir reforço de garantia limitado ao valor inadimplido, o qual deverá ser apresentado pelo CONSUMIDOR no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respectiva notificação feita por escrito pela DISTRIBUIDORA.

Parágrafo Terceiro: O descumprimento pelo CONSUMIDOR das obrigações previstas nesta Cláusula poderá ensejar a suspensão do fornecimento de energia ou o impedimento do restabelecimento do fornecimento, caso já tenha ocorrido suspensão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Os direitos e obrigações decorrentes deste contrato se transmite aos sucessores e cessionários das partes contratantes, ficando estabelecido que nenhuma cessão ou transferência feita pelo CONSUMIDOR terá validade, se antes não for formalmente aceita pela DISTRIBUIDORA.

II – Este contrato é reconhecido pelo CONSUMIDOR como título executivo, na forma do Código Processo Civil, para efeito de cobrança de todos os valores apurados mediante simples cálculo aritmético.

III – O fornecimento de energia elétrica de que trata o presente contrato está subordinado à legislação federal do serviço público de energia elétrica e às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador do setor elétrico nacional.

Parágrafo Primeiro - As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, se não resolvidos amigavelmente entre as partes, serão submetidos à mediação da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Parágrafo Segundo – A partir da data de assinatura deste instrumento, ficam revogados quaisquer outros contratos anteriormente celebrados entre as partes para o mesmo fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

O presente CONTRATO vigorará a partir da data de início que consta na quadro I, prorrogando-se automaticamente por mais 12 (doze) meses e assim sucessivamente a menos que o CONSUMIDOR se manifeste formalmente em contrário com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência em relação ao término de cada vigência.

Parágrafo único. Para Consumidores submetidos à Lei Federal 8.666/1993, este CONTRATO vigorará conforme o Caput até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento será rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, no caso de infração a qualquer de suas cláusulas ou de contrariedade às normas legais e administrativas reguladoras dos serviços de energia elétrica, respondendo a parte infratora pelos prejuízos quer causar à outra, devendo o ressarcimento ser feito em 5 (cinco) dias contados do recebimento da comunicação do débito.

Parágrafo Único: O encerramento da relação contratual entre a DISTRIBUIDORA e o consumidor dar-se-á, alternativamente também, nas ocorrências dos seguintes eventos:

a) Por iniciativa do CONSUMIDOR, através de pedido de desligamento da unidade consumidora;

b) Por iniciativa da DISTRIBUIDORA, quando houver pedido de fornecimento formulado por novo interessado, referente à mesma unidade consumidora, ouvido o CONSUMIDOR;

c) Término da vigência do Contrato;

d) Ou no caso de decorrido dois ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia, praticados durante a suspensão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO ENCERRAMENTO ANTECIPADO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

O encerramento antecipado do Contrato implica na cobrança do valor correspondente ao faturamento dos meses remanescentes para o término da vigência do contrato, limitado a 12 (doze) meses, considerando o produto da Tarifa de Energia - TE e da Bandeira Tarifária vigentes na data de solicitação do encerramento sobre o calculado com base:

I - Nos montantes médios contratados, para os Consumidores Livres e Especiais; ou

II - Na média dos consumos de energia elétrica disponíveis, precedentes ao encerramento, limitada aos 12 (doze) últimos ciclos, para os demais consumidores.

Parágrafo Único: O pagamento dos valores apurados de acordo com esta Cláusula deverá ser realizado pelo CONSUMIDOR no prazo de 05 dias úteis do recebimento da respectiva Fatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e eficácia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Manaus, de _____ de 20__

Pela CONTRATANTE: 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA


Assinado digitalmente por:
MARCIO WEBER DE MENEZES
Seu autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Nome: MÁRCIO WEBER DE MENEZES

Cargo: Ordenador de Despesas

CPF: 620.374.800-59

AMAZONAS ENERGIA.

Wilson Furtado Bastos

Gestor de Contratos do Poder Público

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF:

CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER 14-2021- Salc 3ºBIS pdf

Código do documento 21ed5283-3faa-4732-9b47-8fc9f8257cbd



Assinaturas



Aluizio Souto Soares Filho
aluizio.filho@amazonasenergia.com
Assinou como testemunha

Aluizio Souto Soares Filho



WILSON FURTADO BASTOS
wilson.bastos@amazonasenergia.com
Assinou como parte

Wilson Furtado Bastos

Eventos do documento

23 Nov 2021, 12:57:21

Documento 21ed5283-3faa-4732-9b47-8fc9f8257cbd **criado** por ALUIZIO SOUTO SOARES FILHO (3048ae10-9a36-4fc9-8d60-4282daaad74b). Email: aluizio.filho@amazonasenergia.com. - DATE_ATOM: 2021-11-23T12:57:21-03:00

23 Nov 2021, 12:58:38

Assinaturas **iniciadas** por ALUIZIO SOUTO SOARES FILHO (3048ae10-9a36-4fc9-8d60-4282daaad74b). Email: aluizio.filho@amazonasenergia.com. - DATE_ATOM: 2021-11-23T12:58:38-03:00

23 Nov 2021, 12:59:04

ALUIZIO SOUTO SOARES FILHO **Assinou como testemunha** (3048ae10-9a36-4fc9-8d60-4282daaad74b) - Email: aluizio.filho@amazonasenergia.com - IP: 200.174.70.226 (200.174.70.226 porta: 23268) - [Geolocalização: -3.1298957 -60.0206598](#) - Documento de identificação informado: 520.281.432-15 - DATE_ATOM: 2021-11-23T12:59:04-03:00

23 Nov 2021, 15:41:20

WILSON FURTADO BASTOS **Assinou como parte** (495d9b31-e576-4e88-ad4b-ff908c617d92) - Email: wilson.bastos@amazonasenergia.com - IP: 200.174.70.226 (200.174.70.226 porta: 20876) - [Geolocalização: -3.1298957 -60.0206598](#) - Documento de identificação informado: 075.204.842-20 - DATE_ATOM: 2021-11-23T15:41:20-03:00

Hash do documento original

(SHA256): 679315ad5af816d6b9cf006e66e45494857f085926acaf025d8b34b171e6bcb
(SHA512): d2953afb06ca1558d5c445d99efbd111743970ac874a5d49d9b208b4d6d83a71cd00f6a2ecd103d7b59e7925e2a4d490bb1f8f7ea16d1857c9d32e510654f4



15 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 23 de novembro de 2021,
18:21:00



Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



CONTRATO Nº 15/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA E A EMPRESA AMAZONAS ENERGIA PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ÀS UNIDADES CONSUMIDORAS ATENDIDAS EM BAIXA TENSÃO.

Aos _____ dias de _____ de _____, nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, a União, de um lado o **3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA** com registro do CNPJ/MF nº 11.803.735/0001-70, com sede na Av. Frei Mathias de São Boa Ventura, s/nº, CEP 69700-000, Barcelos - AM, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas, Sr. **MÁRCIO WEBER DE MENEZES**, Carteira de Identidade nº. 011397794-6 MD/EB e CPF (MF) nº. 620.374.800-59, nomeado pela Portaria nº. 549, de 05 de junho de 2020, publicada no D.O.U nº. 109 de 09 de junho de 2020, no uso das atribuições que lhe confere, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, de outro lado, a empresa **AMAZONAS ENERGIA** concessionária de serviço público de energia elétrica, com registro no CNPJ nº 02.341.467/0001-20, com sede na Av. Sete de setembro, 2414, Cachoeirinha, nesta cidade de Manaus - AM, neste ato representado por **WILSON FURTADO BASTOS**, brasileiro, casado, formado em Direito, CPF nº. 075.204.842-20 Gestor de Contratos do Poder Público, em conformidade com a CTA - PR Nº 065/2021 em consequência da Modalidade de Dispensa de licitação, com fultro no artigo 24, XXII, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que consta no Processo Administrativo nº. 65296.006630/2021-06, doravante referido apenas por **PROCESSO** na presença das testemunhas adiante nomeadas, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, **resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666/93, com as alterações dadas pela Lei nº 8.883/94, resolução ANEEL N.º 414 de 09 de setembro de 2010, Contrato de Concessão nº 20/2001-ANEEL e demais normas que regem a matéria, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Por força deste instrumento a CONTRATADA obriga-se a prestar para a CONTRATANTE os serviços de fornecimento de energia elétrica, nas unidades consumidoras localizadas no estado do Amazonas, conforme detalhamento abaixo.

UC	ÓRGÃO	ENDEREÇO
2242708-2	3º BIS - Porto	Av. Frei Mathias de São Boa Ventura, S/N – Mariuá
0950630-6	3º BIS – Bomba d’água OF	Av. dos Pioneiros nº S/N, Vila Militar, Mariuá
0770739-8	3º BIS – Bomba d’água ST/SGT	Av. dos Ploneiros nº S/N, Vila Militar, Mariuá
0977257-0	3º BIS – Bloco A	Av. dos Ploneiros nº S/N, Vila Militar, Mariuá
2354465-1	3º BIS – Bloco B	Av. dos Ploneiros nº S/N, Vila Militar, Mariuá
2354470-8	3º BIS – Bloco C	Av. dos Pioneiros nº S/N, Vila Militar, Mariuá

Parágrafo único: Para perfeita inteligência e maior precisão da terminologia técnica usada neste instrumento, fica acertado entre as partes os conceitos dos seguintes termos e expressões:

1. **CARGA INSTALADA:** soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);
2. **CONSUMIDOR:** pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento de energia ou o uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s);
3. **DISTRIBUIDORA:** agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;
4. **ENERGIA ELÉTRICA ATIVA:** aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh);
5. **ENERGIA ELÉTRICA REATIVA:** aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh);
6. **GRUPO B:** agrupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);
7. **INDICADOR DE CONTINUIDADE:** valor que expressa a duração, em horas, e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;
8. **INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO:** desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;
9. **PADRÃO DE TENSÃO:** níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em volts (V), em que a distribuidora deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL;
10. **PONTO DE ENTREGA:** conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora;
11. **POTÊNCIA DISPONIBILIZADA:** potência em quilovolt-ampère (kVA) de que o sistema elétrico da distribuidora deve dispor para atender aos equipamentos elétricos da unidade consumidora;
12. **SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO:** desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o consumidor não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Décima Primeira;
13. **TARIFA:** valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de energia elétrica ativa ou da demanda de potência ativa; e.
14. **UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto composto por instalações, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços ora contratados serão realizados sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: O prazo de duração dos serviços ora contratado é de 12 (doze) meses, e regulará as condições de fornecimento de energia à CONTRATANTE, a partir do **período de 11/2021 a 10/2022**, podendo ser prorrogado por mútuo acordo das partes até o máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO: A "data do início do fornecimento" ocorrerá a partir da data em que a CONTRATADA disponibiliza o fornecimento de energia elétrica, solicitada pela CONTRATANTE, para a Unidade Consumidora, conforme a Cláusula Primeira.

Parágrafo Único: O "ponto de entrega" para fins deste contrato fica como o ponto de conexão do sistema elétrico da CONCESSIONÁRIA, com as instalações de utilização de energia, situado no limite da via pública em que se localiza a unidade consumidora.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: As características técnicas do fornecimento de energia elétrica da CONTRATADA à CONTRATANTE são aquelas estabelecidas na legislação e normas em vigor.

Parágrafo único: Nos Pontos de entrega ou conexão em Tensão Nominal for igual ou inferior 1 kV a Faixa de variação da Tensão de Leitura (TL) em relação à Tensão Contratada (TC) Adequada é de $0,93 \leq TL \leq 1,05$ conforme **Módulo 08 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica do Sistema Elétrico Nacional - PRODIST**, aprovado pela Resolução ANEEL nº 395 de 15/12/2009.

Tipo da Ligação Trifásica	Tensão de Leitura (TL) entre	Faixa Adequada Tensão Contratada (TC)
	(220) / (127)	$(201 \leq TL \leq 231) / (116 \leq TL \leq 133)$

CLÁUSULA SEXTA: DA MEDIDA E CONTROLE: O medidor e demais equipamentos de medição serão fornecidos e instalados pela concessionária, às suas expensas, exceto quando previsto em contrário em legislação específica. (Artigo 73 da Resolução ANEEL nº 414/2010)

Parágrafo único: A aparelhagem necessária para o cumprimento desta Cláusula, como medidores e transformadores de medição, todos de propriedade da DISTRIBUIDORA, deverá ser ensaiada, calibrados e ajustados pela mesma, antes de serem colocados em serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR MENSAL: O valor mensal estimado dos serviços é de R\$ 2.440,50 (dois mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR GLOBAL: O valor global estimado dos serviços é de R\$ 29.360,80 (vinte e nove mil, trezentos e sessenta reais e oitenta centavos) para todo o exercício de 2021/2022.

CLÁUSULA NONA - DO FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO: Para fins de faturamento a componente de consumo, em kWh, será a "energia ativa" efetivamente registrada durante o mês.

Parágrafo primeiro: De acordo com a legislação e demais normas vigentes, a tarifa básica para o cálculo das faturas de energia elétrica será a que estiver homologada pela ANEEL em vigor na ocasião, para AMAZONAS ENERGIA. Todos os ajustes tarifários que venham a ser fixado pelos órgãos federais competentes para a AMAZONAS ENERGIA serão aplicados ao faturamento, em conformidade com a legislação específica e demais normas em vigor.

Parágrafo segundo: Serão aplicados no faturamento os tributos e demais encargos previstos pela legislação e norma em vigor na época, os quais incidirão sobre os valores constantes na fatura.

Parágrafo terceiro: O faturamento será feito, para cada mês, em um período de aproximadamente 30 (trinta) dias, a partir da leitura mensal realizada nos medidores.

Parágrafo quarto: As faturas mensais serão apresentadas à CONTRATANTE com suficientes detalhes para que os cálculos possam ser conferidos. Entretanto, os prazos para pagamento não serão afetados por discussões entre as partes sobre questões de cálculos, devendo a diferença a favor de quem de direito, quando houver, ser paga ou devolvida por processamento independente tão logo seja apurada. As faturas entregues pela CONTRATADA à CONTRATANTE, por força do presente contrato, serão consideradas devidas a partir da sua apresentação e deverão ser pagas, no escritório da AMAZONAS ENERGIA, em Manaus-AM, ou através de rede bancária por ela designada, impreterivelmente, até o 10º (décimo) dia útil a contar da data de sua apresentação. Após tal prazo computar-se-ão multas por atraso e penalidades previstos na legislação vigente.

Parágrafo quinto: O pagamento à AMAZONAS ENERGIA será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal de fatura, devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE.

Parágrafo sexto: Poderá ser inserida na fatura, de forma discriminada, a cobrança de outros serviços, desde que sejam antecipadamente solicitados pelos representantes das unidades consumidoras através de Ofício.

Parágrafo sétimo: Na contagem do prazo estabelecido nesta Cláusula, para pagamento de contas, exclui-se o dia da apresentação e inclui-se o do vencimento.

Parágrafo oitavo: A CONTRATANTE responderá apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício à conta da seguinte dotação orçamentária: ND 339039 – Programa de Trabalho 193894, Fonte de Recurso 0188000000, tendo sido emitida a Nota de Empenho 2021NE277, no valor estimado de R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais), ficando o saldo remanescente à conta da dotação orçamentária consignada do orçamento vindouro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
São obrigações da CONTRATANTE:

- a) A CONTRATANTE deverá envidar seus melhores esforços para usar sempre a energia trifásica de tal maneira que a corrente seja tomada igualmente nas três fases, não devendo a diferença entre duas fases quaisquer, ser maior do que 5% (cinco por cento) da média das correntes nas três fases.
- b) A CONTRATANTE, inexistindo outra concessionária de energia elétrica autorizada pela ANEEL, se compromete a não contratar com terceiros a compra de energia elétrica para uso em suas instalações aqui especificadas,

ainda que a título precário, sem o prévio e expresso consentimento da AMAZONAS ENERGIA e autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

- c) A CONTRATANTE não poderá revender ou ceder a terceiros a energia recebida de acordo com o que dispõe o artigo 169 da Resolução ANEEL nº 414/2010.
- d) A CONTRATANTE deverá informar à AMAZONAS ENERGIA quaisquer fatos de que tenha conhecimento e que possa afetar a prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica.
- e) A CONTRATANTE consentirá em qualquer tempo, que representantes da AMAZONAS ENERGIA, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações de medição e subestação abaixadora, para fins de inspeção e leitura dos medidores de energia, dentro de sua propriedade e fornecerá os dados e informações que solicitarem sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações que estejam ligados à rede elétrica.
- f) A CONTRATANTE deverá manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas internas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras, ficando sujeita às responsabilidades sobre danos, prejuízos ou acidentes conseqüentes de mau estado de conservação, funcionamento ou por qualquer outro problema advindo de suas instalações.
- g) A CONTRATANTE, na qualidade de depositário a título gratuito, terá a custódia dos equipamentos de medição instalados em sua propriedade pela AMAZONAS ENERGIA S/A.
- h) A CONTRATANTE deverá manter atualizada a atividade exercida na unidade consumidora (como ex.: serviços essenciais), possibilitando a CONTRATADA possa prestar o serviço específico da atividade informada.
- i) A CONTRATANTE deverá manter os dados cadastrais da unidade consumidora atualizados junto à distribuidora, especialmente quando da mudança do titular, solicitando a alteração da titularidade ou o encerramento da relação contratual, se for o caso.
- j) A CONTRATANTE deverá informar a DISTRIBUIDORA sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida na unidade consumidora.
- k) A CONTRATANTE deverá consultar a distribuidora quando o aumento de carga instalada da unidade consumidora exigir a elevação da potência disponibilizada.
- l) A CONTRATANTE deverá ressarcir a distribuidora, no caso de investimentos realizados para o fornecimento da unidade consumidora e não amortizados, excetuando-se aqueles realizados em conformidade com os programas de universalização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: São obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA prestará os serviços previstos neste contrato de modo a atender as necessidades da CONTRATANTE, correspondendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, segurança e modicidade das tarifas.
- b) A CONTRATADA dará manutenção preventiva e corretiva aos equipamentos e bens vinculados à prestação dos serviços, excetuando as instalações internas da CONTRATANTE, resguardando de qualquer forma, o funcionamento dos serviços prestados.
- c) A CONTRATADA oferecerá o serviço de atendimento telefônico gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana para a solução de problemas emergenciais.
- d) A CONTRATADA processará e atenderá eventual contestação de débito da CONTRATANTE, que poderá apresentá-la pessoalmente, ou por representante legal, na forma escrita ou verbal por qualquer meio de comunicação à distância, desde que formalizada dentro do prazo de 30 (trinta) dias. O crédito concedido pela AMAZONAS ENERGIA, em razão da interposição da contestação, cujo resultado seja comprovadamente improcedente, será debitado na Nota Fiscal de Fatura de Serviços do mês subsequente.
- e) A CONTRATADA observará as normas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 414/2010 quando da suspensão do fornecimento de energia elétrica, em decorrência de atraso no pagamento das faturas pela CONTRATANTE.
- f) A CONTRATADA deverá ressarcir, conforme resolução vigente, a CONTRATANTE, nos casos de suspensão de fornecimento indevida, danos a equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos danificados em função da prestação do serviço inadequado de energia elétrica e valores cobrados e que tenham sido pagos indevidamente.
- g) A CONTRATADA informará a CONTRATANTE, a existência de faturas cujo pagamento não foi registrado, com antecedência mínima de 15 dias quando ocorrer à possibilidade de suspensão de fornecimento por falta de pagamento.
- h) A CONTRATADA deverá aplicar tarificação correta de acordo com a atividade, exercida na unidade consumidora, informada pela CONTRATANTE, conforme legislação vigente.
- i) A CONTRATADA informará sobre a ocorrência de interrupções programadas à CONTRATANTE, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão, ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
- j) A CONTRATADA orientará sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização.
- k) A CONTRATADA permitirá a CONTRATANTE escolher uma entre 6 (seis) datas disponíveis para o vencimento da fatura.

- l) A CONTRATADA deverá atender às solicitações e reclamações da CONTRATANTE sem que esta tenha que se deslocar do Município onde se encontra a unidade consumidora.
- m) A CONTRATADA deverá informar de forma objetiva sobre as providências adotadas quanto às solicitações e reclamações da CONTRATANTE, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que previstos em normas e regulamentos.
- n) A CONTRATADA deverá informar, na fatura, o percentual de reajuste da tarifa de energia elétrica aplicável à unidade consumidora e data do início de sua vigência.
- o) A CONTRATADA religará a energia elétrica, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, a partir da constatação ou informação do consumidor.
- p) A CONTRATADA pagará, em caso de suspensão indevida do fornecimento, o crédito estabelecido na regulamentação específica.
- q) A CONTRATADA religará a energia elétrica no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a área urbana ou 48 (quarenta e oito) horas para a área rural, após comprovado o pagamento de fatura pendente.
- r) A CONTRATADA pagará, por meio da fatura de energia elétrica, importância monetária se houver descumprimento dos padrões de atendimento técnicos e comerciais estabelecidos pela ANEEL.
- s) A CONTRATADA deverá informar, por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, quando inexistir na unidade consumidora pessoa que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis à vida.
- t) A CONTRATADA permitirá o acesso às normas e padrões da distribuidora e às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, para fins de consulta, nos locais de atendimento.
- u) A CONTRATADA, quando da suspensão do fornecimento, informará do pagamento do custo de disponibilidade e das condições de encerramento da relação contratual.
- v) A CONTRATADA cancelará, a qualquer tempo, a cobrança de outros serviços autorizados pela CONTRATANTE.
- w) A CONTRATADA enviará até o mês de maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior, referentes ao consumo de energia.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido, pela CONTRATANTE, desde que a mesma notifique a CONTRATADA com a antecedência mínima de 60 (sessenta dias), respeitadas as condições da Resolução ANEEL nº 414/2010, ou pelo descumprimento e/ou inobservância de quaisquer das Cláusulas contidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DESCONTINUIDADE DO SERVIÇO PRESTADO: A interrupção da prestação dos serviços não poderá ser feita de forma unilateral pela CONTRATADA, exceto nos casos previstos nos Artigos 168, 169, 170, 171 e 172 da Resolução ANEEL nº 414/2010.

Parágrafo único: Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, nos casos dispostos na legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO: A CONTRATADA e seus representantes legais apresentaram neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a certificação de regularidade dos órgãos fiscais e previdenciários a que está vinculada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO AMPARO LEGAL: o presente contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente termo, especialmente a Resolução ANEEL nº 414/2010, e a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, tendo como vinculação a dispensa prevista no artigo 24, inciso XXII da citada lei. Declara, neste mesmo ato, a CONTRATADA conhecer todas as normas, concordando sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO: Durante o período de vigência deste contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. **JURANDIR DOS ANJOS TROVÃO** – 3º Sgt – Fiscal de Contrato, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Parágrafo primeiro: As decisões e providências que ultrapassem a competência do Sr. **JURANDIR DOS ANJOS TROVÃO** – 3º Sgt – Fiscal de Contrato, deverão ser solicitadas ao Sr. **JARDSON PATRÍCIO FERREIRA MARTINS** – Cap – Fiscal Administrativo da CONTRATANTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

Parágrafo segundo: A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONTROVÉRSIAS: Para os casos omissos no presente contrato e relativo a condições de fornecimento, prevalecerão as condições gerais estipuladas na legislação e normas em vigor, cabendo ainda, em última instância, recursos a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

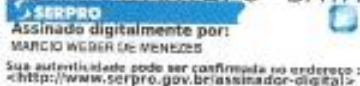
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO: A **CONTRATANTE** obriga-se a promover a publicação às suas expensas, do presente Termo de Contrato, em forma de extrato, para ocorrer no prazo de 20 dias, de acordo com as normas legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO: O foro do presente contrato é o desta cidade de Manaus - AM, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por haverem assim ajustado, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presente.

Manaus, ____ de ____ de ____.

Pela **CONTRATANTE**: 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA


Assinado digitalmente por:
MARCIO WEBER DE MENEZES
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Nome: MÁRCIO WEBER DE MENEZES
Cargo: Ordenador de Despesas
CPF: 620.374.800-59

AMAZONAS ENERGIA.

Wilson Furtado Bastos
Gestor de Contratos do Poder Público

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF/MF: _____

Nome: _____
CPF/MF: _____

Elaborado por:

Conferido por:

Carimbo do Cartório



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – FORO: Fica eleito o foro da cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para dirimir qualquer pendência decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por haverem assim ajustado, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Manaus, ____ de ____ de ____.

Pela CONTRATANTE: 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA


Assinado digitalmente por:
MARCIO WEBER DE MENEZES
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Nome: MÁRCIO WEBER DE MENEZES
Cargo: Ordenador de Despesas
CPF: 620.374.800-59

AMAZONAS ENERGIA.

Wilson Furtado Bastos
Gestor de Contratos do Poder Público

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria/ 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA



OFÍCIO Nº 02/2022 – *Salc/Cmt Btl*

Barcelos, AM, 07 de março de 2022.

À Senhora

FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO

Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas – CJU/AM
Av. Tefé, 611 – Ed. Luis Higino de Sousa Netto – Bairro: Praça 14
69020-090 – Manaus/AM

Assunto: Análise Jurídica

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, de acordo com o art. 38 da Lei n. 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar n. 73, de 1993, conforme o seguinte formulário para tramitação:

DATA LIMITE: 27 de março de 2022	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: DATA LIMITE: FLS:
E-mail: <i>salc@3bis.eb.mil.br</i>	Telefone: (55) 9 9615-3490
NUP: 65296.006632/2021-97	Nº de volumes: 01
Data de Abertura do Processo: 30 de dezembro de 2021.	
Valor: R\$ 185.000,00	Modalidade: Inexigibilidade de licitação
Prazo: 27 de março de 2022	Sigla do Órgão: 3º BIS
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (X) SIM () NÃO	
Qual o modelo utilizado:	
Houve alteração? NÃO	

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo NUP 65296.006632/2021-97, objetivando auxiliar na verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 30 de dezembro de 2021.



PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO			
Assunto/Objeto: Contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva			
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA:			
(OBS: De acordo com os conceitos listados abaixo)			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado.		OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública.	X	PATRIMÔNIO - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		RESIDUAL - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Cíveis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.			
OBSERVAÇÃO:			


MÁRCIO WEBER DE MENEZES – Ten Cel
Ordenador de Despesas Substituto do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE

DESPACHO n. 00064/2022/CJU-AM/CGU/AGU

NUP: 65296.006632/2021-97

INTERESSADOS: 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA - 3º BIS - COMANDO DO EXÉRCITO
ASSUNTOS: DEMAIS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE

1. Trata-se do processo **NUP 65296.006632/2021-97** de interesse do **3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA - 3º BIS**, conforme Ofício nº 02/2022 - Salc/Cmt Btl.

Os presentes autos foram encaminhados de forma eletrônica, sendo analisados os seguintes documentos para a identificação da e-CJU correspondente:

- o Documento de Formalização da Demanda (fls. 45/47 do pdf);
- o ETP (fls. 48/52 do pdf);
- o Justificativa para Inexigibilidade de Licitação (fl. 53 do pdf);
- o Projeto Básico (fls. 54/56 do pdf);
- o Termo de Inexigibilidade de Licitação (fls. 57/58 do pdf);
- o Relatório da Comissão Permanente de Licitação (fl. 59 do pdf).

3. Foi utilizado o ofício modelo da CGU/AGU para o envio de documentos e o preenchimento do documento está completo.

4. **Sobrestamento** em 30/12/2021, de acordo com Ofício nº 02/2022 - Salc/Cmt Btl, de 07 de março de 2022.

5. **Objeto da licitação:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, por meio de Inexigibilidade de licitação.

Valor da contratação estimado em **RS 185.000,00** (cento e oitenta e cinco mil reais), conforme o ofício de encaminhamento do processo.

7. O Órgão inseriu a documentação no sistema Sapiens no dia **08/03/2021**, conforme sequenciais **02/06**.

8. O Órgão solicitou no ofício de encaminhamento o prazo até **27/03/2022** para a análise pela consultoria, e não consta nos autos qualquer justificativa para análise processual com urgência.

9. **Observações:** O valor da contratação informado no ofício de encaminhamento difere do informado no PB, a data de sobrestamento parece equivocada e nenhuma folha do processo está numerada.

10. **Ausentes os requisitos do §1º, do art. 13, da Portaria AGU nº 14, de 23 de janeiro de 2020.**

11. Ao protocolo para a distribuição à **e-CJU Serviços sem dedicação exclusiva de mão-de-obra**, na forma do §3º, do art. 1º da Portaria AGU nº 14, de 23 de janeiro de 2020.

Manaus, 08 de março de 2022.

(assinado digitalmente)
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIRA DE MENEZES FALCÃO
ADVOGADA DA UNIÃO
CONSULTORA JURÍDICA DA UNIÃO NO AMAZONAS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 65296006632202197 e da chave de acesso b4ca35d0



Documento assinado eletronicamente por FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 837947380 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-03-2022 16:11. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA
ADVOGADOS

RUA SANTA CATARINA, 480 - 6º ANDAR LOURDESBELO HORIZONTE CEP 30.170-081

PARECER n. 00665/2022/GM/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

NUP: 65296.006632/2021-97

INTERESSADOS: 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA - 3º BIS - COMANDO DO EXÉRCITO
ASSUNTOS: DEMAIS HIPÓTESES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PREVISÃO DO ART. 24, INCISO XXII, DA LEI Nº 8.666/93.

EMENTA: 1. Direito Administrativo. Contratação do Fornecimento de Energia Elétrica para Unidades Consumidoras do 3º Batalhão de Infantaria de Selva/Exército Brasileiro. 2. Hipótese de contratação direta mediante Dispensa de Licitação. 3. Enquadramento legal no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/1993. Prosseguimento de feito, nos termos das recomendações deste opinativo.

RELATÓRIO

1. O presente processo administrativo foi encaminhado a esta Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual E-CJU/SSEM/CGU/AGU em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), para análise da legalidade da contratação direta de serviço de fornecimento de energia elétrica para atender às Unidades Consumidoras do 3º Batalhão de Infantaria de Selva/Exército Brasileiro, no valor global estimado de R\$265.200,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais), constante da CLÁUSULA SÉTIMA da minuta do Termo de Contrato, valor a ser definido em face do valor estimado da despesa constante da JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, que totaliza R\$294.560,80 (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos), tendo como contratada a AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., com sede em Manaus-AM.

2. Constan dos autos os seguintes documentos, relacionados pela relevância para o deslinde da matéria:

Sequencial 2:

º Minuta do Termo de Contrato nº 15/2021;

Sequencial 3

º Minuta do Contrato de Compra de Energia Regulada;

Sequencial 4:

º Minuta do Termo de Contrato nº 14/2021;

Sequencial 5:

º Termo de Abertura de Processo Administrativo;

º Requisição DIEx nº 3365-Salc/3º BIS;

º Autorização da Abertura do Processo de Inexigibilidade de Licitação;

º Declaração de Disponibilidade Orçamentária;

º Documento de Formalização da Demanda;

º Estudos Preliminares da Contratação;

º Justificativa para Inexigibilidade de Licitação;

- ° Projeto Básico devidamente aprovado pela autoridade competente;
 - ° Termo de Inexigibilidade de Licitação;
 - ° Ratificação da Dispensa de Licitação;
 - ° Relatório da Comissão Permanente de Licitação;
- Sequencial 6:
- ° OFÍCIO Nº 02/2022 - Salc/CmtBti, de 07 de março de 2022.



3. Deverão ser providenciados oportunamente os seguintes documentos/expedientes:

- ° Mapa de Riscos;
- ° Aprovação do Estudo Técnico Preliminar;
- ° ato de designação da Comissão Permanente de Licitação;
- ° ato de designação da Equipe de Planejamento da Contratação;
- ° ato de designação do Ordenador de Despesas da OM requisitante;
- ° Justificativa de aceitação do preço ofertado pela contratada;
- ° Justificativa para caracterização de serviço contínuo;
- ° Declaração de Atividade de Custeio;
- ° Regularidade fiscal da contratada (SIAFI/CADIN; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU; CEIS; SICAF; CNDT; Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

4. É o relatório.

ANÁLISE JURÍDICA

5. A Constituição Federal de 1988, ao regulamentar as compras realizadas pelo Estado brasileiro, determinou que todas as contratações fossem precedidas de licitação. O fundamento desta regra está alicerçado na presunção de que toda a licitação produzirá a contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

6. Como é de sabença geral, privilegiar a licitação é dar vazão a um dos mais nobres princípios constitucionais: a isonomia. Foi com base no princípio da igualdade e no incentivo a livre concorrência que o legislador ordinário ditou a norma que orienta todas as compras públicas:

Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifo nosso)

7. A licitação, portanto, é a regra a ser obedecida e a dispensa a exceção. Somente é cabível a dispensa se a licitação se comprovar mais onerosa para a Administração Pública. Como nenhum princípio no direito brasileiro é absoluto, a própria carta política tratou de ressaltar que, em alguns casos previstos em lei, a licitação pode ser afastada. Segundo Marçal Justen Filho, *in* "Comentários à lei de licitações e contratos administrativos", 14 ed. São Paulo: Dialética, 2010; p. 295, temos que:

Como é usual se afirmar, a 'supremacia do interesse público', fundamenta a exigência, como regra geral, de licitação prévia para contratação da Administração Pública, o que significa, em outras palavras, que a licitação é um pressuposto do desempenho satisfatório pelo Estado das funções administrativas a ele atribuídas. No entanto, **existem hipóteses em que a licitação formal seria**

impossível ou frustraria a realização adequada das funções estatais. O procedimento licitatório normal conduziria ao sacrifício dos fins buscados pelo Estado e não asseguraria a contratação mais vantajosa. Por isso, autoriza-se a Administração a adotar um procedimento em que formalidades são suprimidas ou substituídas por outras.



8. O cabimento da contratação direta está intimamente relacionado com a impossibilidade de realização de processo licitatório ou com o custo insuportável para o interesse público. O princípio da isonomia, como qualquer outro princípio do mundo jurídico, não se reveste de caráter absoluto, sendo sopesado com os princípios do interesse público e da eficiência. Desta forma somente será possível dispensar a licitação compatibilizando o princípio da igualdade com as peculiaridades da contratação direta e com a comprovação da vantagem da dispensa.

9. Jorge Ulisses Jacoby Fernandez ao analisar dados do Governo Federal referente as despesas realizadas chegou as seguintes conclusões:

1. a licitação deve ser a regra;
2. o gestor tem a ilusão de que a contratação direta é sempre o caminho mais eficaz da melhor e mais célere contratação;
3. a modernização das modalidades de licitação pode contribuir decisivamente para a redução da contratação direta.
4. a alteração do entendimento do gestor depende do aperfeiçoamento do controle

10. Portanto, não é a inviabilidade da dispensa de licitação, e sim os cuidados dobrados que o Administrador deve ter nestas situações o que deve presidir a atuação do gestor. Se o legislador especificou no art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - conforme o mandamento constitucional - as hipóteses cabíveis de afastamento de procedimento licitatório, é por que entendeu que nestes casos o interesse público *poderia* ser prejudicado com a realização de licitação.

11. Para chegar à conclusão de dispensar ou não o certame licitatório, o agente público responsável pela decisão deverá ter em mente qual o exato limite entre a possibilidade de contratar um determinado fornecedor, ignorando a licitação e a obrigatoriedade de realizá-la. Para Jorge Ulisses Jacoby Fernandez, é o entendimento de que a Administração:

Estará obrigada a promovê-la (a licitação) quando o critério de escolha do fornecedor ou executante não puder ser demonstrado sem ofensa ao princípio da moralidade e da impessoalidade. É esse estreito limite que paira entre o entendimento de todos os requisitos estabelecidos em cada uma das hipóteses de dispensa e a prevalência do dever de licitar.

12. Em relação à hipótese descrita nestes autos, aplica-se, por pertinência, o disposto no art. 24, inc. XXII, da Lei nº 8.666/1993, que dispõe sobre a dispensa de licitação na contratação de fornecimento de energia com concessionário, conforme transcrição a seguir:

Lei nº 8.666/1993

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XXII - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;

13. Cumpre destacar que situação semelhante à hipótese analisada nestes autos foi examinada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 217/2009 – 2ª Câmara, j. em 3/2/2009, referente à Tomada de Contas Simplificada realizada na Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Goiás – DRT/GO.

14. Abaixo, há transcrição das considerações contidas no mencionado Acórdão nº 217/2009 – 2ª Câmara, relacionadas com a “contratação de serviços por meio de inexigibilidade ao invés de dispensa de licitação, em desacordo com a Lei nº 8.666/1993”, segundo a decisão proferida pelo e. TCU:

“Acórdão nº 217/2009 – 2ª Câmara



(...)

Contratação de serviços por meio de inexigibilidade ao invés de dispensa de licitação, em desacordo com a Lei nº 8.666/1993.

A unidade contratou serviços de fornecimento de energia elétrica com a Companhia Hidroelétrica São Patrício – Chesp para atender à Agência de Atendimento de Trabalho no Município de Ceres/GO, para o exercício de 2006, por inexigibilidade de licitação.

Apesar dos esclarecimentos do Delegado de que a Chesp é a única concessionária autorizada a fornecer energia elétrica para a região, inviabilizando a competitividade e tornando inexigível o certame, a CGU/GO sugeriu a aplicação do art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/1993, por entender que a contratação por meio de dispensa de licitação, além de ser menos burocrática, traz economia em função da não-obrigatoriedade da publicação no DOU.

O art. 25, I, da Lei 8.666/1993, permite a inexigibilidade da licitação, quando há inviabilidade de competição para aquisição de materiais, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

No caso da Chesp, apesar de ser a única provedora de energia elétrica para a região, a Lei de Licitações, em seu inciso XXII do art. 24, traz disposições específicas quanto à contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica. Portanto, trata-se de falha formal sem a incidência de dano ao erário, devendo-se, por ocasião de mérito, apenas determinar à DRT/GO que, nos casos de contratação de energia elétrica, o faça com dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/1993.

(...)

4. Conclusão.

Diante do exposto, submeto os autos à consideração superior, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Resolução TCU nº 191/2006, propondo a remessa destes autos à relatoria do Ministro André Luís de Carvalho, via Ministério Público, acompanhado da seguinte proposição de mérito:

(...)

a)atente para a possibilidade da dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/1993, para a contratação de fornecimento de energia elétrica; e

(...)

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Examina-se tomada de contas simplificada da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Goiás, relativa ao exercício de 2006.

2. Ao examinar os elementos contidos nos autos, a Secex/GO apontou as seguintes falhas:

(...)

d) contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica por meio de inexigibilidade ao invés de dispensa de licitação, em desacordo com a Lei nº 8.666/1993;

(...)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas simplificada da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Goiás, relativa ao exercício de 2006,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão desta 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.3.4. atente para a possibilidade da dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/1993, para a contratação de fornecimento de energia elétrica; e"

(...)

(grifos nossos)

15. Além do exposto, cabe registrar que a mencionada decisão proferida pelo e. Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 217/2009 – 2ª Câmara, passou a constar expressamente do Manual de Licitações & Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU, na parte que trata de "Fornecimento de Energia Elétrica (Inciso XXII)".

16. Consoante a lição de Marçal Justen Filho, a licitação é um instrumento jurídico para a satisfação de valores fundamentais, buscando realizar dois fins relevantes: o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais



vantajosa (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: 2005, pág. 43).

17. A vantajosidade determinada no artigo 3º da Lei nº 8666/1993 fundamentalmente visa à contratação que seja mais vantajosa sob o aspecto econômico e qualitativo (com o melhor gasto para a Administração), privilegiando-se, em regra, o menor preço.

18. No entanto, a Lei nº 8666/1993 traz um rol de hipóteses em que a licitação se mostrará dispensável ou inexigível, permitindo, nesses casos, a contratação direta.

19. Nos dizeres de Marçal Justen Filho:

"a contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a atuação administrativa (...). O administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar (ainda nesses casos) a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pág. 228).

20. Dentre a documentação juntada para efeito de instrução processual, destaco o Documento de Formalização da Demanda, inserido no Seq. 5, que apresenta a Justificativa da necessidade da contratação do serviço terceirizado, para fornecimento de energia elétrica, cuja interrupção compromete a continuidade das atividades finalísticas da OM.

21. Mais adiante, foram apresentados os **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**, no Seq. 5, que deverá ser devidamente aprovado pela autoridade competente, no qual são indicados, dentre outros: a) necessidade da contratação; b) referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; c) requisitos da contratação; d) estimativa das quantidades; e) levantamento de mercado e justificativa da escolha do fornecedor; f) estimativa de preços ou preços referenciais; g) descrição da solução; h) resultados pretendidos; i) declaração de viabilidade da contratação.

22. O Mapa de Riscos não se encontra inserido na documentação encaminhada, o que deverá ser providenciado, conjuntamente com a designação da Comissão Permanente de Licitação, da Equipe de Planejamento da Contratação e da designação do Ordenador de Despesas da OM contratante.

23. No que tange ao fornecimento de energia elétrica propriamente dito, este é prestado no Brasil sob o regime de serviço público concedido, com regulação pela Agência Nacional de Energia Elétrica conforme dispõem as Leis nº 9.427/1996 e nº 10.848/2004, com cláusulas de adesão compulsória pelos usuários que necessitam utilizar-se do serviço.

24. Neste contexto, foi editada a Orientação Normativa AGU nº 36/2011, pela possibilidade de indeterminação do prazo, nos contratos em que a Administração Pública seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto. Tal orientação ainda sofreu recente alteração, por meio da Portaria nº 124, de 25/04/2014, para o acréscimo de serviços, consolidando-se com a seguinte redação:

A Administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a Imprensa Nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

25. Assim, a conclusão que se pode chegar é que, por serem contratos em que a Administração é parte como usuária de serviço público essencial e prestado por um único fornecedor, de qualquer forma esses contratos não teriam de ter sua duração adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nem suas prorrogações ficariam limitadas à 60 (sessenta) meses, independente de serem o tratamento de esgoto, o fornecimento de água ou de energia elétrica serviços de natureza contínua. Atente-se o gestor para a necessidade de que, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários sejam comprovados.

26. Na esteira, os processos administrativos de dispensa de licitação devem ser instruídos, no que couber, com os elementos previstos no art. 26 da Lei nº 8.666/93, conforme abaixo:



Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço;
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

27. Ainda com a intenção de nortear a instrução processual, é interessante observar o roteiro prático elaborado pelo Tribunal de Contas da União para as aquisições diretas:

1. solicitação do material ou serviço, com descrição clara do objeto;
2. justificativa da necessidade do objeto;
3. caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, se for o caso;
4. elaboração da especificação do objeto e, nas hipóteses de aquisição de material, das unidades e quantidades a serem adquiridas;
5. elaboração de projetos básico e executivo para obras e serviços, no que couber;
6. indicação dos recursos para a cobertura da despesa;
7. razões da escolha do fornecedor do bem, executante da obra ou prestador do serviço;
8. juntada aos autos do original da(s) proposta(s);
9. juntada aos autos do original ou cópia autenticada ou conferida com o original dos documentos de habilitação exigidos;
 - os documentos de habilitação quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 8.666/1993;
 - nesse caso, deverá ser juntada aos autos cópia do certificado, com as informações respectivas;
10. justificativa das situações de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, acompanhadas dos elementos necessários que as caracterizem, conforme o caso;
11. justificativa do preço;
12. pareceres técnicos e/ou jurídicos;
13. se for o caso, documento de aprovação dos projetos de pesquisa para os quais os bens serão alocados;
14. inclusão de quaisquer outros documentos necessários à caracterização da contratação direta;
15. autorização do ordenador de despesa;
16. comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, da dispensa ou da situação de inexigibilidade de licitação;
17. ratificação e publicação da dispensa ou da inexigibilidade de licitação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, a contar do recebimento do processo pela autoridade superior;
18. emissão da nota de empenho respectiva;
19. assinatura do contrato ou retirada da carta-contrato, nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução do serviço, quando for o caso

28. O Projeto Básico restou inserido corretamente no Seq. 5, devidamente aprovado, conforme despacho do Ordenador de Despesas da OM, que resultou na expedição do Termo de Inexigibilidade de Licitação, bem como na Ratificação da Dispensa de Licitação.

29. Consta dos autos, demais disso, a indicação da Declaração de Disponibilidade Orçamentária, a que alude o Seq. 5.

30. A meu ver, é de bom alvitre a juntada da Justificativa de Aceitação do Preço Ofertado pela Contratada, bem como da Justificativa para Caracterização do Serviço Contínuo, e da Declaração de Atividade de Custeio.



DOS LIMITES DE GOVERNANÇA

31. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto n. 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que revogou o Decreto n. 7.689, de 02 de março de 2012, igualmente estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na forma do art. 3º, assim redigido:

Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial;

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e

III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o **caput** poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

32. Sob a égide do revogado Decreto n. 7.689, de 2012, que regulava o tema, foi baixada a Portaria n. 249, de 13 de junho de 2012, que estabeleceu normas complementares para o seu cumprimento, prevendo em seu art. 3º que as *atividades de custeio* decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;

II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, conforme disposto no Decreto n° 2.271, de 7 de julho de 1997;

III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.



Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades Contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

33. Portanto, até que o ato normativo referido (Portaria n. 249, de 2012) seja revisto ou revogado, consoante determinação contida no Decreto n. 10.193, de 2019, parece plausível orientar a autoridade assistida que observe a citada portaria, que qualifica a contratação relativa ao fornecimento de energia elétrica como *atividade de custeio*, adotando as providências que eventualmente se fizerem necessárias e ainda não tenham sido satisfeitas, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo, por memorando ou ofício, por meio eletrônico com assinatura digital ou outro meio idôneo que registre a autorização expressa da autoridade competente.

DA MINUTA DO CONTRATO A SER CELEBRADO

34. A minuta do termo de contrato encontra-se indicada nos sequenciais 2, 3 e 4. É de todo conveniente anotar que se refere à hipótese de contrato de adesão, mercê das cláusulas e condições apresentadas. Nada obstante, a União poderá questionar os termos contratados, desde que identifique ofensa à legislação de regência causadora de dano ao erário.

35. Quanto ao teor da minuta, as cláusulas e condições descritas ensejam a contratação direta, mediante Dispensa de Licitação, com esteio no art. 24, inciso XXII, da Lei de Licitações e Contratos, podendo ser adotado para os fins colimados.

36. Ressalta-se que a Lei nº 8.666/93 deu tratamento diferenciado aos contratos em que a Administração Pública contratante é usuária do serviço público. Nesta circunstância, as regras são ditadas pelo concessionário/permissionário, conforme disposição do §3º do art. 62, da Lei nº 8.666, de 1993:

“Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

[...]

§3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.”

37. Impende ressaltar que, de forma geral, a instrução dos processos de contratação por dispensa necessita obedecerá às regras insculpidas no art. 26, da Lei 8.666, de 1993, que estabelece o cumprimento de algumas formalidades que condicionam a validade dos atos administrativos, em especial a comunicação à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial.

38. Considerando que se aplicam os arts. 55 e 58 a 61 da Lei nº 8.666/93 aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público, por força do disposto no art. 62, §3º da Lei de Licitações, recomenda-se que sejam previstas no Contrato as penalidades aplicáveis e os valores das multas. De todo modo, caso haja recusa da Concessionária na alteração do contrato “padrão”, não haverá óbices jurídicos à sua aceitação, considerando a possibilidade de discussão judicial a posteriori, por se tratar de um típico contrato de adesão.

39. Considerando-se que o serviço de energia elétrica é cobrado mediante tarifa e que é vedado à Concessionária cobrar dos consumidores, sob qualquer pretexto, valores superiores àqueles homologados pela ANEEL, deve ser acostada ao processo, tão logo esteja disponível, a tabela das tarifas homologadas pela agência reguladora para o ano de 2021.

40. Quanto à regularidade fiscal da empresa contratada, deverão ser juntados os seguintes documentos:



- ° Consulta SIAFI/CADIN;
- ° Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ;
- ° Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU;
- ° CEIS;
- ° Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- ° Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- ° Consulta SICAF;
- ° Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- ° Certidão de Regularidade para com o INSS;
- ° Consulta Consolidada de Pessoas Jurídicas do TCU.

CONCLUSÃO

41. Face ao exposto, e desde que atendidas as orientações contidas no presente opinativo, mais precisamente nos **parágrafos 1, 3, 21, 22, 30, 33, 34, 38 e 40 acima, destacados em negrito**, não vemos óbices do ponto de vista jurídico-formal à contratação da **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.** para o serviço de fornecimento de energia elétrica para atender ao funcionamento das Unidades Consumidoras do 3º Batalhão de Infantaria de Selva - 3º BIS, por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento legal no art. 24, inc. XXII, da Lei nº 8.666/1993.

42. Por derradeiro, após o acatamento das recomendações relacionadas no item anterior, ou após seu afastamento de forma justificada e motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo, ou ato superior, será possível dar-se o prosseguimento do processo, nos seus demais termos, sem nova manifestação da CJU/CE.

43. De resto, recorremos à Boa Prática Consultiva AGU - BPC n.º 05, em caráter subsidiário, ao concluir que “Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas”.

Fortaleza, 10 de março de 2022.

GERALDO MARCELO DOS MARTINS COELHO
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 65296006632202197 e da chave de acesso b4ea35d0

Documento assinado eletronicamente por GERALDO MARCELO DOS MARTINS COELHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 839737960 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GERALDO MARCELO DOS MARTINS COELHO. Data e Hora: 10-03-2022 12:33. Número de Série: 52778567522377468812143718331. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria/ 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA**

ATESTADO DE NÃO MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

**INEXIBILIDADE Nº 01/2021-3º BIS
NUP:65296.006632/2021-97**

Atestamos o recebimento da comunicação realizada com a resposta da Consultoria Jurídica da União no Estado do Ceará à consulta formulada e certificamos que os autos físicos em questão não foram movimentados no período em que ficaram submetidos à sua apreciação jurídica.

Barcelos-AM, 17 de março de 2022.

LEANDRO PIMENTEL HALLER – 2º SGT
Aux da SALC do 3º BIS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria/1935)
“REGIMENTO ARARIGBÓIA”**

DISPENSA DE LICITAÇÃO – 01/2022
(Processo Administrativo 65296.007576/2021-16)

DECLARAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS SANEADORAS

Em cumprimento as orientações positivadas no **PARECER nº 5875/2021/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU de 01 de dezembro de 2021**, referente ao processo nº 65296.005576/2021-73, o qual ora se consubstancia, declaro para fins legais e de obediência à legislação, que foram adimplidas em sua plenitude as medidas apresentadas no parecer em epígrafe e que, para tanto, lavrou-se o presente termo de declaração.

Barcelos, AM, 28 de março de 2022.


MÁRCIO WEBER DE MENEZES – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria/1935)
“REGIMENTO ARARIGBOIA”

TERMO DE CONTINUIDADE DO CERTAME

DISPENSA DE LICITAÇÃO – 01/2022
(Processo Administrativo 65296.007576/2021-16)

Em conformidade com o disposto no **PARECER n. 00665/2022/GM/E-CJU/SSEM/CGU/AGU de 10 de março de 2022**, atesto que as incorreções ou impropriedades constantes no processo de **Dispensa de Licitação Nr 01/2022**, para eventual contratação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica em prol do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no seu Projeto Básico, foram sanadas, conforme quadro que segue:

Exigência (Conclusão do Parecer)	Providência solicitada	Solução adotada
Adequação do valor global	- Correção do valor global estimado	- Foi realizada a correção dos valores no Projeto Básico anexado aos autos do processo.
Providenciar documentos/expedientes	- Inserir no processo os seguintes documentos/expedientes: Mapa de Riscos; Aprovação do Estudo Técnico Preliminar; ato de designação da Comissão Permanente de Licitação; ato de designação da Equipe de Planejamento da Contratação; ato de designação do Ordenador de Despesas da OM requisitante; Justificativa de aceitação do preço ofertado pela contratada; Justificativa para caracterização de serviço contínuo; Declaração de Atividade de Custeio; Regularidade fiscal da contratada (SIAFI/CADIN; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU; CEIS; SICAF; CNDT; Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	- Foram inseridas nos autos do processo as documentações exigidas pela equipe de planejamento.
Adequação do Estudo técnico preliminar	- Assinatura da autoridade competente aprovando o Estudo técnico preliminar	- Foi inserido ao processo o Estudo técnico preliminar com a aprovação da autoridade competente
	- Inserir o mapa de riscos, Designação da Comissão Permanente de Licitação, Designação	- Foram inseridas nos autos do processo as documentações exigidas pela equipe

Mapa de risco	da Equipe de Planejamento da Contratação e Designação do Ordenador de Despesas. - Designação formal dos servidores que ficarão responsáveis pelo planejamento da contratação.	de planejamento. 
Justificativas	- Inserir Justificativa de Aceitação do Preço Ofertado pela Contratada, Justificativa para caracterização do serviço contínuo e declaração da atividade de custeio	- Foram inseridas nos autos do processo as documentações exigidas pela equipe de planejamento.
Declaração de atividade de custeio	- Inserir declaração de atividade de custeio	- Foi inserida nos autos do processo a documentação exigida pela equipe de planejamento.
Minuta do termo de contrato	- Termo de contrato	- Será realizada as mudanças no termo aditivo pelo fiscal de contrato
Minuta do termo de contrato	- Inserir penalidades aplicáveis no termo de contrato	- Será realizada as mudanças no termo aditivo pelo fiscal de contrato
Inserir documentos de regularidade fiscal	- Juntar aos autos os seguintes documentos: Consulta SIAFI/CADIN; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do TCU; CEIS; Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT; Consulta SICAF; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão de Regularidade para com o INSS; Consulta Consolidada de Pessoas Jurídicas do TCU.	- Foram inseridas nos autos do processo as documentações exigidas pela equipe de planejamento.

Barcelos, AM, 23 de março de 2022.


MÁRCIO WEBER DE MENEZES – Ten Cel
 Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA**



**JUSTIFICATIVA PARA A TROCA DA MODALIDADE – INEXIGIBILIDADE PARA
DISPENSA**

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva.

A Comissão Permanente de Licitação, publicada no Boletim Interno nº 54 de 28 de março de 2022 do 3º BIS, teve a necessidade de se trocar a modalidade de Inexigibilidade para Dispensa de Licitação, após recomendação do PARECER N. 00665/2022/GM/E-CJU/SSEM/CGU/AGU, de 10 de março de 2022.

Serão incluídos nos autos do processo pela equipe de planejamento as documentações da DISPENSA DE LICITAÇÃO NR 01/2022, conforme o parecer supracitado.

Barcelos, AM, 28 de março de 2022.

LEANDRO PIMENTEL HALLER – 2º Sgt

Auxiliar da Comissão Permanente de Licitação

JARBAS DIAS CARNET – Sub Ten

Auxiliar da Comissão Permanente de Licitação

CARLOS AUGUSTO VALÉRIO LIMA – 2º Ten

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Autorizo a CPL e a Equipe de Planejamento da Contratação, a realizar a alteração necessárias para prosseguimento do certame.



Barcelos - AM, 28 de março de 2022.


MÁRCIO WEBER DE MENEZES – TEN CEL
Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA**

TERMO DE ABERTURA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022

Em conformidade com o disposto no Art 38 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, autuo, nesta data, o Processo Administrativo referente à DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 01/2022, cujo objeto está definido no despacho ao DIEx Requisitório nº 3.365-SALC/3º BIS, de 30 de dezembro de 2021.

Barcelos - AM, 23 de março de 2022.

CARLOS AUGUSTO VALÉRIO LIMA – 2º Ten
Chefe da Seção de Licitações do 3º BIS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA

AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO ATO

1. Autorizo o início dos procedimentos de Dispensa de Licitação e determino a abertura do processo administrativo correspondente.
2. O Setor de Aquisições tome as providências cabíveis, de acordo com as normas vigentes.

Barcelos - AM, 23 de março de 2022.


MÁRCIO WEBER DE MENEZES - Ten Cel
Ordenador de despesas do 3º BIS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA



Índice do Processo de Licitação: NUP 65296.007576/2021-16

Dispensa de Licitação: Nº 01/2022 – 3ºBIS

PROJETO BÁSICO

1 – OBJETO:

Contratação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica tem como objetivo regular as condições de fornecimento de energia elétrica pela CONTRATADA ao CONTRANTE, segundo a estrutura tarifária convencional, grupo “A” (Média Tensão) e “B” (Baixa Tensão).

2 - OBJETIVO:

Contratação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, a fim de, manter as atividades vegetativas do Batalhão.

3- JUSTIFICATIVA:

Trata-se de serviço contínuo a ser executado durante todo o exercício financeiro cujo objetivo é o de garantir à Administração qualidade, segurança e eficiência na contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, contratação esta essencial e imprescindível para a rotina administrativa do Batalhão, haja vista a dependência de diversos serviços/equipamento/materiais das diversas instalações, os quais necessitam diariamente de energia elétrica, trata-se, portanto de contratação extremamente necessária para viabilizar as atividades diárias do Batalhão.

4- DO CUSTO ESTIMADO

A contratação da prestação de serviço, cuja detentora dos direitos de concessão é a empresa **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, CNPJ 02.341.467/0001-20**, terá o custo estimado de **R\$ 294.560,80 (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos)**, a fim de atender o período de consumo de 12 (doze) meses.

Para elaboração da estimativa referente ao ano de 2020, os cálculos foram baseados nos dados reais de março 2018 a fevereiro de 2019, março 2019 a fevereiro 2020 e estimativo de março 2020 a fevereiro de 2021, sendo os valores em reais (R\$) e kWh, conforme tabela abaixo:

CONSUMO DE KWH AO ANO DE 2018 à 2021
TABELA I

3ºBIS	Total KWH março 2018 à fevereiro 2019	Total KWH março 2019 à fev 2020	Total KWH março 2020 à fevereiro 2021 (estimativa)
BAIXA TENSÃO	574605,62	449012	511809
MÉDIA TENSÃO	482563	513095	557548



TABELA II

3ºBIS	Total R\$ março 2018 à fevereiro 2019	Total R\$ março 2019 à fev 2020	Total R\$ março 2020 à fevereiro 2021
BAIXA TENSÃO	R\$ 282.229,24	R\$ 313.653,97	R\$ 329.288,59
MÉDIA TENSÃO	R\$ 285.111,34	R\$ 366.758,03	R\$ 392.783,04
BAIXA E MÉDIA TENSÃO	R\$ 567.340,58	R\$ 680.412,00	R\$ 722.071,63

Após estudo, conforme **ANEXO I**, verificou-se que a modalidade será a **Convencional GRUPO B**, para 6 (seis) unidades consumidoras de baixa tensão, em decorrência do maior horário de consumo destas ser durante o horário comercial, e nas outras unidades de consumo não será possível, pois são de média tensão – **VERDE – GRUPO A**, sendo o total de 2 (duas) unidades consumidoras sob responsabilidade do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, conforme **ANEXO II**.

Estima-se para o exercício financeiro de 2021/2022 o valor anual para baixa tensão de **R\$ 29.360,80** (vinte e nove mil e trezentos e sessenta reais e oitenta centavos) e o valor da média tensão de **R\$ 265.200** (duzentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais) totalizando um valor anual de **R\$ 294.560,80** (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos), conforme a tabela II, que corresponde a um valor mensal de **R\$ 24.540,50** (vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e cinquenta centavos).

5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DOS SERVIÇOS:

A característica técnica do fornecimento de Energia Elétrica são aquelas estabelecidas na Resolução nº. 414 de 09/09/2010/ANELL e norma em vigor.

6 – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

O prazo de vigência é indeterminado, conforme Orientação Normativa nº 36/2011, da AGU:

A administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a imprensa nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

7 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: **0001/160137**
 Fonte: **0100000000**
 Programa de Trabalho: **171397**
 Natureza de Despesa: **339039**
 PI: **I3DACSPENEL**

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços objeto desta contratação, não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela sua execução, reservando-se o direito de, sem que qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados;
- Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade referente à execução do Contrato;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação pelo Fiscal de Contrato nomeado pela CONTRATANTE, através de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual;

- Presta informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e;
- Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, considerados de natureza grave.



9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- Presta os serviços 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, ressalvados os casos de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado;
- Fornecer número telefônico para contato, registro de ocorrência sobre o funcionamento do serviço contratado e, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas;
- Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venha incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;
- Manter durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com expressa autorização da CONTRATANTE.
- Relatar à Fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada quanto à execução dos serviços da contratação;
- Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente,
- Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- A CONTRATADA não divulgará nem fornecerá dados ou informações obtidos em razão deste contrato, e não utilizará o nome do 3º Batalhão de Infantaria de Selva para fins comerciais ou em campanhas de publicidade, salvo com autorização prévia, emitida oficialmente pela CONTRATANTE e;
- A presença da Fiscalização da CONTRATANTE durante a execução dos serviços, quaisquer que seja os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.

10 – DAS PENALIDADES:

Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93 e demais legislação pertinente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Quartel em Barcelos - AM, 23 de março de 2022.

Leonardo Martins Carmo da Silva.
LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA – 2º Ten
Fiscal de Contrato de Energia Elétrica

De acordo:

Leonardo Prado do Monte Borges
LEONARDO PRADO DO MONTE BORGES – Maj
Fiscal Administrativo do 3ºBIS

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com Inciso I, Parágrafo 2º do Artigo 7º da Lei nº 8.666/1993:

Márcio Weber de Menezes
MÁRCIO WEBER DE MENEZES – Ten Cel
Ordenador de Despesas Substituto do 3ºBIS

MAPA DE RISCOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2022 - NUP 65296.007576/2021-16

RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			ANÁLISE DO RISCO			RESPOSTA AO RISCO		
	Fase	Descrição	Dano	Probabilidade	Grau de Impacto	Nível de aceitação	Ações preventivas	Ações contingenciais	Responsável
R01	Planejamento	Ausência da formalização do Documento de Formalização da Demanda (DFD) que origina a contratação	Início do processo para contratação que não atende aos normativos legais da Administração Pública, com consequente desperdício de tempo e esforços do requisitante que iniciou o processo	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD) pelo setor requisitante com a designação da equipe de planejamento antes de iniciar o planejamento da contratação	Autoridade competente não aprova o Projeto Básico (PB)	Equipe de Planejamento da Contratação / SALC
R02	Planejamento	Equipe responsável pelo planejamento da contratação não detém as competências multidisciplinares necessárias à execução da atividade	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos, com consequente indefinição do objeto e dificuldade de obtenção da solução necessária ao atendimento da necessidade ou diminuição da competitividade e aumento dos custos.	Média	Alto	Inaceitável	Capacitar os membros da Equipe de Planejamento da Contratação	Autoridade competente deve reavaliar a Equipe ou capacitar os membros de forma tempestiva	SALC
R03	Planejamento	Executar o processo de planejamento de forma muito simplificada para contratações de maior risco (alto valor, alto impacto nas atividades da organização)	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos, ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação.	Média	Alto	Inaceitável	No caso de contratações de maior risco, a equipe de planejamento executa as atividades de forma mais exaustiva	Autoridade competente não aprova o Projeto Básico (PB)	Equipe de Planejamento da Contratação / SALC
R04	Planejamento	Contratação sem realização de estudos técnicos preliminares	Contratação que não produz resultados capazes de atender à necessidade da administração, com consequente desperdício de recursos públicos; ou levando à impossibilidade de contratar, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação; ou levando a especificações indevidamente restritivas, com consequente diminuição da competitividade e aumento indevido do custo da contratação	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Elaboração do Projeto Básico (PB) pela equipe de planejamento	Autoridade competente não aprova o Projeto Básico (PB)	Equipe de Planejamento da Contratação / SALC
R05	Planejamento	Mensuração incorreta de preços praticados no mercado	Elevação de custos decorrente do incorreto levantamento dos preços mensurados	Média	Alto	Inaceitável	A equipe de planejamento da contratação deve se basear nos preços praticados no mercado na categoria vigente	Autoridade competente não aprova o Projeto Básico (PB)	Equipe de Planejamento da Contratação / SALC
R06	Planejamento	Projeto Básico (PB) incompleto ou inconsistente	PB cujo conteúdo não permite selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração ou a contrato sem mecanismos adequados para a gestão contratual, com consequente	Média	Alto	Inaceitável	Equipe de planejamento realiza levantamento das falhas verificadas nos contratos anteriores junto à gestão e fiscalização contratual; verifica todas	Autoridade competente não aprova o Projeto Básico (PB)	Equipe de Planejamento da Contratação / SALC

			desperdício de recursos (e.g., financeiro, pessoal) públicos				as atividades necessárias ao bom desempenho e atendimento das necessidades da OM; bem como incluir no PB todos os direitos e deveres - tanto da contratante quanto da contratada - de forma clara e objetiva		
R07	Seleção do Fornecedor	Empresas sem qualificação técnica adequada para a prestação de serviços de terceirização participando da licitação	Contratação de empresas incapazes de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato	Média	Alto	Inaceitável	A equipe de planejamento deve exigir dos participantes do processo as documentações e atestados exigidos em edital e, quando for o caso, realizar diligências para averiguação da veracidade dos documentos enviados	A autoridade competente, ao verificar e aprovar o processo e ratificar com autoridade competente	Equipe de Planejamento / SALC
R08	Seleção do Fornecedor	Avaliação do mérito do recurso durante a fase de intenção de recursos	Indeferimento de recurso em fase inapropriada e por agente público ilegítimo, com consequente retardo do fim do procedimento licitatório (ante a declaração de nulidade de decisão e necessidade de refazimento de todos os atos decorrentes do ato nulo)	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avalia somente os pressupostos recursais (suscumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação)	A equipe de planejamento deve rever os atos praticados, a fim de sanar os possíveis equívocos cometidos	Equipe de Planejamento
R09	Gestão do Contrato	Ausência de acompanhamento e fiscalização concomitante à execução do contrato	Ocorrência de distorções na execução do serviço que somente serão detectadas posteriormente à ocorrência destes, prejudicando a qualidade da execução do serviço	Baixa	Médio	Aceitável	Equipe de planejamento da contratação inclui no modelo de execução do objeto a previsão de acompanhamento e fiscalização concomitantes à execução, incluindo a possibilidade de inspeções in loco e diligências, quando aplicáveis, bem como forma de execução desses procedimentos	Autoridade competente deve capacitar os gestores e fiscais do contrato para realizarem uma melhor administração do contrato, proporcionando uma fiscalização mais efetiva	Equipe de Planejamento da Contratação / SALC
R10	Gestão do Contrato	Falta de padronização na fiscalização contratual	Gestão e fiscalização deficiente, haja vista a multiplicidade de procedimentos utilizados pelos atores envolvidos em virtude da falta de padronização, como também a dificuldade de comunicação com a contratada gerada pelo mesmo motivo	Média	Baixo	Aceitável	O Fisc Adm deve padronizar os procedimentos de gestão e fiscalização contratual por meio documento interno que esteja alinhado às normas e melhores práticas na Administração Pública	Gestão do contrato deve realizar reunião com todos os fiscais a fim de padronizar os procedimentos a serem executados pela fiscalização	Fiscal Administrativo / Gestão do Contrato
R11	Gestão do Contrato	Os gestores e fiscais dos contratos atuam sem nomeação formal	Questionamento da legitimidade dos atos praticados na gestão contratual, com consequente impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato e os agentes públicos que atuaram sem delegação formal	Baixa	Alto	Aceitação Intermediária	Autoridade competente nomeia previamente ao início da execução os representantes da organização que atuarão na gestão e fiscalização do	Autoridade competente identifica os gestores e fiscais de contratos que estão atuando sem portaria e	Fiscal Administrativo / SALC

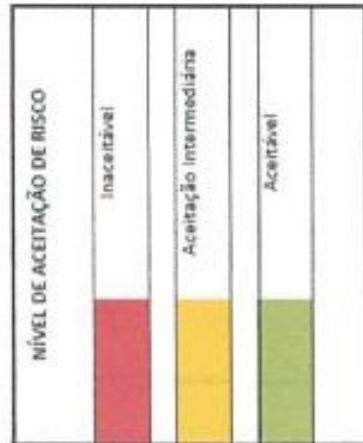
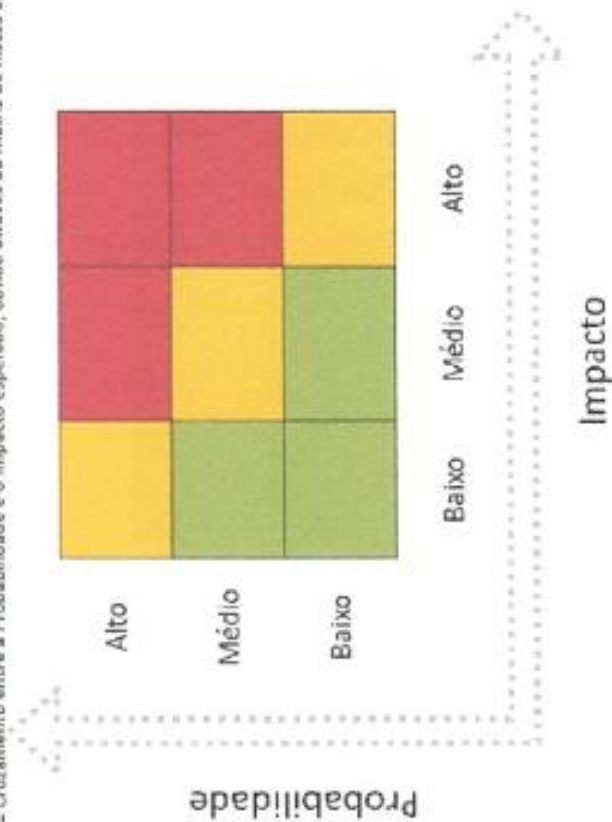


4

R12	Gestão do Contrato	Ausência de recebimento provisório/definitivo do serviço, por parte da Administração Pública	O não recebimento de obra ou serviço, apesar de não excluir a responsabilidade civil do contratado (conforme art. 73, §2, da lei 8666/93), pode implicar em sua baixa qualidade	Baixa	Alto	Acitação Intermediária	Seguir as orientações previstas no TR sobre as formas de recebimento provisório e definitivo em todo serviço realizado, devendo o recebimento definitivo ser realizado em um período máximo de 15 dias.	emite documento imediatamente	tal	Gestor / Fiscal do Contrato
-----	--------------------	--	---	-------	------	------------------------	---	-------------------------------	-----	-----------------------------

Legendas

* = Cruzamento entre a Probabilidade e o Impacto esperado, obtido através da Matriz de Riscos abaixo:



Barcelos - AM, 23 de março de 2022

Leonardo Martins Carmo da Silva
LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA – 2º Ten
 Membro da Equipe de Planejamento





**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOÍIA**

ESTUDOS PRELIMINARES DE CONTRATAÇÃO

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, o 3º Batalhão de Infantaria de Selva dispõe da Contratação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva e as dependências sob sua responsabilidade.

O objetivo da contratação é o de garantir à Administração qualidade, segurança e eficiência na contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, contratação esta essencial e imprescindível para a rotina administrativa da OM, haja vista a dependência de diversos serviços/equipamento/materiais das diversas instalações, os quais necessitam diariamente de energia elétrica, tratando-se, portanto de contratação extremamente necessária para viabilizar as atividades diárias do Batalhão.

Os serviços são considerados “comuns”. Pois, enquadram-se nos termos do parágrafo único, do Art. 1º, da Lei 10.520, de 2002: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

II – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Trata-se de contratação de fornecimento de Energia Elétrica com concessionária autorizada, segundo as normas de legislação específica.

As características técnicas de fornecimento de energia elétrica são aquelas estabelecidas na Resolução nº 414 de 09/09/2010/ANEEL e em vigor.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto da inexigibilidade de Licitação, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, possui natureza continuada, podendo ser prorrogável para além da vigência comum de doze meses conforme previsto (artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993).

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, durante todo o exercício

Assinatura manuscrita



financeiro é necessário que a empresa contratada garanta a continuidade do fornecimento de energia elétrica nas tensões contratadas nas unidades consumidoras vinculadas ao 3º Batalhão de Infantaria de Selva.

Não a necessidade de a atual contratada promover a transição contratual à nova contratada com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

IV – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE.

O serviço de fornecimento de Energia Elétrica para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva e suas dependências;

Não existe previsão de novos usuários até o ano de 2022 para o presente serviço, e, com o histórico da instituição, não há necessidade de abrangência de novos usuários, o que justifica a quantidade.

Para os serviços de **Média Tensão** prevê-se um consumo de **436320 kWh** para **2 unidades consumidoras** sob responsabilidade do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, consumo este que pertence ao **Grupo A:** Unidades consumidoras da Alta Tensão (Subgrupos A1, A2 e A3), **Média Tensão (Subgrupos A3a e A4)**, e de sistemas subterrâneos (Subgrupo AS), conforme AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010.

Horária Verde: tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia (postos tarifários), e de uma única tarifa de demanda de potência. Disponível para os subgrupos **A3a, A4** e AS.

Para os serviços de **Baixa Tensão** prevê-se um consumo de **72000 kWh** para **6 unidades consumidoras** sob responsabilidade do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, consumo este que pertence ao **Grupo B:** Unidades consumidoras da **Baixa Tensão**, das Classes Residencial (Subgrupo B1), Rural (B2), Demais Classes (B3) e Iluminação Pública (B4), conforme AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010.

Convencional Monômnia: tarifa única de consumo de energia elétrica, independentemente das horas de utilização do dia;

O CONSUMIDOR receberá energia elétrica, no ponto de entrega, para uso exclusivo em sua instalação, situada em Barcelos – AM.

Entende-se por PONTO DE ENTREGA o ponto de conexão do sistema elétrico da concessionária com as instalações elétricas da unidade consumidora, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do fornecimento.

A



A prestação dos serviços de operação e manutenção será atendida pela DISTRIBUIDORA até o ponto de entrega.

Os critérios de inclusão nas modalidades tarifárias são os estabelecidos pelo art. 57, § 1º, incisos I, II e III da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Foram analisadas as contratações efetuadas pela Comissão permanente de licitação, onde se verificou que foi utilizada a seguinte metodologia para a referida contratação: Inexigibilidade de Licitação.

Do levantamento realizado no mercado, constatou-se a existência das seguintes soluções: Na cidade de Barcelos – AM existe apenas uma empresa que presta esse serviço, sendo essa a detentora dos direitos de concessão, portanto é a **AMAZONAS DISTRIBUIDORA ENERGIA ELÉTRICA S/A**, CNPJ sobe o nº **02.314.118/0001-20** a única empresa disponível para a contratação. A modalidade escolhida foi a Dispensa de Licitação, em conformidade com o previsto Inciso XXII do Art. 24 da Lei 8.666/93.

VI – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A Instrução Normativa nº 05/2014 - SLTI/MPOG, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto não houve levantamento de mercado por existe apenas uma empresa que presta esse serviço.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação da empresa especializada para serviço de fornecimento de Energia Elétrica (Baixa e Média Tensão), será conforme Orientação Normativa nº 36/2011, da AGU, verbis:

A administração pode estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e ajustes firmados com a imprensa nacional, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

O serviço de fornecimento de Energia Elétrica para a localidade deste órgão é prestado por concessionária, qual seja, **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**, o que se enquadra perfeitamente ao preceito do dispositivo acima.

Estima-se para o exercício financeiro de 2022 o valor anual de **RS 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais)**, o que corresponde a um valor médio mensal de **RS 15.416,66 (quinze mil e quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)**.

VIII – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO.

Não é o caso.

IX – RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se que o serviço seja ininterrupto, haja vista que o 3º Batalhão de Infantaria de Selva e suas dependências possa cumprir com suas obrigações institucionais.

X – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado.

XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não é o caso.

XII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item VII, ou seja, Prestação de serviço de distribuição de Energia Elétrica mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

ETAPA 2: ANÁLISE DE RISCOS

No curso da contratação em tela, assim como em toda contratação, vislumbra-se a possibilidade de ocorrência de eventos negativos (riscos) que podem frustrar ou dificultar o atingimento do objetivo pretendido. O gerenciamento de riscos aqui implementado tem por finalidade mitigar a possibilidade de ocorrência desses eventos negativos.

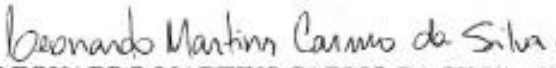
Cabe ressaltar que não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os inerentes ao processo que permeia até a formalização da contratação.

Sendo assim, a seguir serão apresentados os principais riscos levantados pela Equipe de Planejamento da Contratação.



Risco 01 – Processo não ser concluído a tempo para assinatura do novo termo de contrato.			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	(X) Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Inversão da Despesa de Licitação, o consumo ocorrerá antes do novo contrato ser assinado.			
Ação Preventiva		Responsável	
Solicitar à seção de Licitações e Contratos que prepare este Termo Aditivo de Vigência.		SALC.	
Ação de Contingência		Responsável	
Aditivar em caráter de urgência o contrato vigente até a assinatura de um novo.		SALC.	

Barcelos - AM, 23 de março de 2022.


LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA – 2º Ten
Fiscal de Contrato de Energia Elétrica Cmdo do 3º BIS

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Cumprindo o Lei 8.666/93, aprovo o presente Estudo Preliminar para a Contratação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva e as dependências sob sua responsabilidade, em condições, quantidades e exigências estabelecidas no DIEx nº 3365 - SALC/3ºBIS.

Barcelos - AM, 23 de março de 2022.


MÁRCIO WELLER DE MENEZES – Ten Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo 2º Bda Inf SI



(Continuação do BI Nr 54, de 28/03/2022, do(a) 3ºBIS)

Pag nº 5673

na letra "r" do nr 6 da Port nr 319-DGP, de 21 DEZ 17.

(...) "

(Transcrito do Aditamento da DCEM 4C ao Boletim do DGP nº 035, de 25 de março de 2022)

3º Sgt INF **RODRIGO DE SOUZA RODRIGUES**

Em consequência:

- o militar supracitado providencie a Parte de Opção solicitando o pagamento de Ajuda de Custo e Indenização de Transporte;
- o Fisc Adm providencie a gravação do Mapa Demonstrativo de Despesa (MDD) no SIPEO.

c. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - Designação e substituição de membro

Designo para compor a Comissão Permanente de Licitações do 3º Batalhão de Infantaria de Selva no ano de 2022, a contar desta data de publicação, de acordo com o Art. 51 da Lei nº 8666, de 21 jun 1993.

2º Ten INF **CARLOS AUGUSTO VALÉRIO LIMA**

Presidente

S Ten **JARBAS DIAS CARNET**

Auxiliar

2º Sgt Inf **LEANDRO PIMENTEL HALLER**

Auxiliar

Em consequência:

- Fisc Adm e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

d. INSPEÇÃO DE SAÚDE

Ordem - Retificação

Retifico conforme publicado no BI 41 de 08/03/2022 do 3º BIS, versando sobre Inspeção de Saude.

Onde se lê:

Determino que seja inspecionado pelo **MPGu/Barcelos-AM**, para fins de Permanência ou Saida do Serviço Ativo de Militar Temporário.

Leia-se:

Determino que seja inspecionado pelo **MPOM/Barcelos-AM**, para fins de Permanência ou Saida do Serviço Ativo de Militar Temporário.

3º Sgt STT **HELLEN CRYSTYNAH OLIVEIRA DA COSTA**

Em consequência:

- o Ch 1ª Seq. Ch FSB, o Militar em questão e demias interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 51830, de 28 de março de 2022, da(o) 1ª Seção)

Retifico conforme publicado no BI 41 de 08/03/2022 do 3º BIS, versando sobre Inspeção de Saude.

Onde se lê:



(Continuação do BI Nr 54, de 28/03/2022, do(a) 3ºBIS)

Pag nº 5669

- Fisc Adm, Ch Sale e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

b. ALTERAÇÃO DE OFICIAL

Instalação - Concessão

De acordo com a alínea a), do inciso XV, do Art 21, e inciso I, do § 1º, do Art. 452, do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais - R-1 (RISG), aprovado pela portaria nº 816-Cmt Ex, de 19 DEZ 03, em consonância com o inciso III, do Art. 64, do Estatuto dos Militares - E/1 (Lei nº 6.880, de 9 DEZ 1980), concedo ao militar abaixo 10 (dez) dias de instalação, a contar de **28 MAR 22**, devendo o mesmo apresentar-se pronto para o serviço no dia **7 ABR 22**.

Cap **JOCEMAR MARTINS MORGADO**

Em consequência:

- o S Cmt, Ch 1ª Seq e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 51826, de 28 de março de 2022, da(o) 1ª Seção)

c. PASSAGEM DE FUNÇÃO - Publicação

1) Passagem de função - Concessão de prazo

Concedo até 4 (quatro) dias úteis de prazo ao 3º Sgt **JOÃO MAGNO BESERRA SILVA**, para a passagem da função de sargenteante da 1ª Cia Fuz SI, para o 2º Sgt **FABIO DE ARAUJO MATOS**, a contar do dia 24 FEV 22, cumprindo as prescrições constantes do inciso III do Art Nr 131, Portaria 1555 de 9 JUL 21, do Regulamento de Administração do Exército (RAE), o militar abaixo relacionado:

2º Sgt **FABIO DE ARAUJO MATOS**

3º Sgt **JOAO MAGNO BESERRA SILVA**

Em consequência:

- O Ch 1ª Seq, Cmt da 1ª Cia Fuz SI e demas interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 51649, de 14 de março de 2022, da(o) 1ª Cia Fuz SI)

2) Passagem de função - conclusão

Assumiu a partir de 23 DEZ 21 a função de Furriel da 1ª Cia Fuz SI, cumprindo as prescrições constantes do inciso III do Art Nr 131, Portaria 1.555 de 9 JUL 21, do Regulamento de Administração do Exército (RAE), o militar abaixo relacionado:

3º Sgt **JOAO MAGNO BESERRA SILVA**

Em consequência:

- O Ch 1ª Seq, o Cmt 1ª Cia Fuz SI e demas interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota nº 51651, de 15 de março de 2022, da(o) 1ª Cia Fuz SI)

d. APRESENTAÇÃO DE MILITAR – Publicação

Médico de Sobreaviso	2º Ten WILLIAM, da Cia C Ap.
Dentista de Sobreaviso	Asp CRISTINA PAIVA, da Cia C Ap.
Perito Criminal de Sobreaviso	-
Assistente Funeral de Sobreaviso	S Ten ALEXANDRE, da Cia C Ap.
Escrivão de APF Sobreaviso	S Ten FABIO PASSOS, da Cia C Ap.

(Nota nº 51824, de 28 de março de 2022, da(o) 1ª Seção)

2ª Parte INSTRUÇÃO

CURSO/ESTÁGIO

2ª fase EAS - Matrícula

Foi matriculado na 2ª fase do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), a ser realizado no período de 20 de março de 2022 à 31 de janeiro de 2023, neste Batalhão, o militar infracitado:

Asp CARLOS ANTONIO PAIXAO MORAES JUNIOR

Asp CRISTINA RAMOS DE PAIVA

(Conforme OS nº 01, SSMR/SS4, de 12 de janeiro de 2022)

Em consequência:

- O S Cmt, o Ch 1ª Seç, o Ch 3ª Seç, o Cmt Cia C Ap, e os demais interessados tomem conhecimento das providências decorrentes.

(Nota nº 51829, de 28 de março de 2022, da(o) 3ª Seção)

3ª Parte ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. ASSUNTOS GERAIS

a. COMISSÃO

Comissão Permanente de Planejamento e Contratação

Designo para compor a Comissão de Planejamento e Contratação do Processo de Energia Elétrica do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, de acordo com a Portaria Nº 183, de 30 de março de 2020:

2º Ten OTT LEONARDO MARTINS CARMO DA SILVA

PRESIDENTE

3º Sgt DANIEL DA SILVA SALOMAO

MEMBRO

3º Sgt MIGUEL RODRIGUES DOS SANTOS LISBOA

MEMBRO

Em consequência:



(Continuação do BI Nr 31, de 17/02/2021, do(a) 3ºBIS)

Pag nº 3028

Triagem Formação Sanitária	2 (dois) Of/Sgt/Cb/Sd a cargo FSB.
Triagem Cia C Ap	1 (um) Sgt ou Cb a cargo da Cia C Ap
Triagem 1ª Cia Fuz SI	1 (um) Sgt ou Cb a cargo da 1ª Cia Fuz SI.
Motorista de Dia	A cargo da Cia C Ap/PMT.
Motorista da Ambulância	A cargo da Cia C Ap/PMT.
Bombeiro	A cargo da Cia C Ap/PO.
Fiscal de Resíduos	A cargo da Cia C Ap/Set Aprov.
Fiscal da Área de Descartes (Lixeira)	Sgt de Dia da Cia C Ap.
Encarregado Semanal de Auto de Prisão em Flagrante (APF)	2º Ten JOHNATA OLIVEIRA, da 1ª Cia Fuz SI.
Assistente Funeral	S Ten ÂNGELO, da Cia C Ap.

(Nota nº 45686, de 17 de fevereiro de 2021, da(o) 1ª Seção)

2ª Parte
INSTRUÇÃO

Sem Alteração

3ª Parte
ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. ASSUNTOS GERAIS

Sem Alteração

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. ESTADO SANITÁRIO DA TROPA - CONTROLE DE SAÚDE

Alta Hospitalar

Recebeu alta do Hospital Geral de Barcelos (HGB), no dia 13 FEV 21.

Cb EP INF GERSON DA SILVA E SILVA
da Cia C Ap

Em consequência:

- o Ch 1ª Seq e demais interessados tomem as providências decorrentes.

(Nota nº 45698, de 17 de fevereiro de 2021, da(o) Seção de Saúde)

b. ASSUNÇÃO DE FUNÇÃO - Publicação

Em 11 FEV 21, assumiu a função de Ordenador de Despesas do 3º BIS, de acordo com o § 2º e § 3º dos Art. 23 e 28, do RAE/90 (R-3).

Ten Cel Inf MÁRCIO WEBER DE MENEZES

Em consequência:

- o Chefe do Setor Financeiro, o Fiscal Administrativo e os demais interessados tomem providências



decorrentes.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

Sem Alteração

2. DISCIPLINA

PRISÃO DE MILITAR - Publicação

a. **Pronta intervenção - recolhimento ao xadrez**

De acordo com o previsto nos parágrafos 2º e 3º do Art. 12 e parágrafo 3º do Art. 35, do Regulamento Disciplinar do Exército, foi recolhido ao xadrez do Batalhão, às 00h30 do dia 15 FEV 21, por haver necessidade de pronta intervenção visando a preservação da disciplina, tendo sido realizado o Exame de Constatação de Integridade Física pelo Médico de Sobreaviso da OM.

Sd EV **SIDIRLEI LOPES DE SOUZA**

Em consequência:

- O Ch 1ª Seq, Cmt Cia C Ap e demais interessados tomem as providências decorrentes.

b. **Liberdade do xadrez**

De acordo com o previsto nos parágrafos 2º e 3º do Art. 12 e no parágrafo 3º do Art. 35, do Regulamento Disciplinar do Exército, foi posto em liberdade do xadrez desta OM, às 15h00 do dia 17 FEV 21, após ter sido submetido ao Exame de Constatação de Integridade Física pelo Médico de Sobreaviso da OM.

Sd EV **SIDIRLEI LOPES DE SOUZA**

Em consequência:

- o Ch 1ª Seq, Cmt Cia C Ap e demais interessados tomem as providências decorrentes.

MÁRCIO WEBER DE MENEZES - Ten Cel
Comandante do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA

JUSTIFICATIVA DE ACEITAÇÃO DO PREÇO OFERTADO PELA CONTRATADA

Foi baseado no consumo real de março de 2018 à fevereiro 2019, março 2019 a fevereiro de 2020 e estimativo de março de 2020 a fevereiro de 2021, levando-se em conta o consumo de kWh da Batalhão, preço aplicado pela concessionária e conforme planilha anexa ao projeto básico, o valor estimado é de **RS RS 294.560,80 (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos)**, a fim de atender o período de consumo de 12 (doze) meses e assim sucessivamente até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme (artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993).

Barcelos - AM, 23 de março de 2022.


MÁRCIO WEBER DE MENEZES – Ten Cel
Ordenador de Despesas Substituto do 3º BIS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA**

JUSTIFICATIVA PARA CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO CONTÍNUO

Para o funcionamento dos aquartelamentos e da execução das diversas missões recebida pelas Organizações Militares (OM), é necessário o fornecimento de um serviço de distribuição de energia elétrica de forma contínua, portanto a contratação dos serviços em questão é imprescindível para a rotina administrativa e finalística do 3º BIS. A modalidade escolhida foi a Dispensa de Licitação, com amparo no Art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/93.

Barcelos - AM, 23 de março de 2022.


MÁRCIO WEBER DE MENEZES – Ten Cel
Ordenador de Despesas Substituto do 3º BIS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA**

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE DE CUSTEIO

De acordo com a Portaria nº 249 de 13 de junho 2012/MPOG e o art. 2º do Decreto 7.689 de 2012, da Presidência da República, certifico que a natureza da atividade a ser contratada se constitui atividade de custeio, conforme dispõe o art. 3º inciso I da referida portaria.

Barcelos, AM, 28 de março de 2022.

MÁRCIO WEBER DE MENEZES – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA

JUSTIFICATIVA DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Na cidade de Barcelos – AM existe uma empresa que presta esse serviço, sendo essa a detentora dos direitos de concessão, portanto é a **AMAZONAS DISTRIBUIDORA ENERGIA ELÉTRICA S/A**, CNPJ sobe o nº **02.314.118/0001-20** a empresa autorizada, para a contratação.

Barcelos - AM, 23 de março de 2022.


MÁRCIO WEBER DE MENEZES – Ten Cel
Ordenador de Despesas Substituto do 3º BIS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA**

RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1. Processo originário do DIEx nº 3365-Salc/3ºBIS, NUP 65296.65296.007576/2021-16, datado de 30 de dezembro de 2021, Fiscal Administrativo do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, cujo o objeto é contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, trata-se portanto de serviço contínuo a ser executado durante todo o exercício financeiro cujo objetivo é o de garantir à administração qualidade, segurança e eficiência na contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, contratação esta essencial e imprescindível para a rotina administrativa da Batalhão, haja vista a dependência de diversos serviço/equipamento/materiais das diversas instalações, os quais necessitam diariamente de energia elétrica, concluindo a contratação é extremamente necessária para viabilizar as atividades diárias do Batalhão.

2. Após análise detida do objeto solicitado, a Comissão concluiu tratar-se de DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93, e suas alterações, em virtude da contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas de legislação específica.

3. O valor estimado da despesa é de **294.560,80 (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e oitenta centavos)**, valor esse que baseou-se no consumo real para todo exercício de 2021/2022, levando-se em conta o consumo de kwh da Batalhão, sendo assim, tem-se que justifica-se a contratação através da Inexibilidade de Licitação focada no Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93, para prestação de serviço de distribuição de energia elétrica, para a 3º Batalhão de Infantaria de Selva, através da Empresa **AMAZONAS DISTRIBUIDORA ENERGIA ELÉTRICA S/A**, CNPJ sobe o nº **02.314.118/0001-20**, de acordo o Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2022.

4. Diante da legitimidade prevista na Lei 8.666/93 para a aquisição do objeto em questão esta comissão é de parecer que o 3º Batalhão de Infantaria de Selva efetue a contratação direta, por ser dispensável a licitação, tendo em vista o enquadramento da empresa no Inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93.

Barcelos-AM, 28 de março de 2022.


LEANDRO PIMENTEL HALLER – 2º Sgt

Auxiliar da Comissão Permanente de Licitação




JARBAS DIAS CARNET – Sub Ten

Auxiliar da Comissão Permanente de Licitação


CARLOS AUGUSTO VALÉRIO LIMA – 2º Ten

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Sistema Integrado
de Administração Financeira
do Governo Federal



TESOURO NACIONAL



Data e hora da consulta: 23/03/2022 12:00:07

Usuário: 76487032034

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros
02341467	AMAZONAS ENERGIA S A	Adimplente	0
			Há até 30 dias:
			Há mais de 30 dias:

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão
--------	--------	-----------------------

* Registros incluídos há até 30 dias.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (23/03/2022 às 12:22) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 02.341.467/0001-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 623B.3B43.D638.1963 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBOIA**

JUSTIFICATIVA PARA NÃO INCLUSÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva.

Foi observado no PARECER N. 00665/2022/GM/E-CJU/SSEM/CGU/AGU, de 10 de março de 2022, no item 38, que o contrato firmado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, faz-se de um contrato “padrão” de fornecimento de energia com os órgãos públicos da AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., sem cláusulas que firmam sanções, penalidades e multas aplicáveis caso haja quebra de contrato.

Esses óbices jurídicos serão incluídos na prorrogação do contrato pelos fiscais de contrato, publicado no BI Nº 53, de 25 de março de 2022.

Barcelos, AM, 28 de março de 2022.


MÁRCIO WEBER DE MENEZES – TEN CEL
Ordenador de Despesas - AMAN



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **AMAZONAS ENERGIA S.A**

CPF/CNPJ: **02.341.467/0001-20**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 12:41:56 do dia 23/03/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: JRXG230322124156

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 23/03/2022 11:53:48

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AMAZONAS ENERGIA S.A**
CNPJ: **02.341.467/0001-20**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e



racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

CONVÊNIO Nº 123/2018



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.341.467/0001-20 DUNS®: 901302026
Razão Social: AMAZONAS ENERGIA S.A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 30/05/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	04/05/2022
FGTS	Validade:	01/04/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidan)	Validade:	11/06/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	14/04/2022
Receita Municipal	Validade:	06/04/2022

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2022



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.341.467/0001-20 DUNS®: 901302026

Razão Social: AMAZONAS ENERGIA S.A

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Vínculo 1: Fornecedor 04.645.099/0001-30 - CONSTRUTORA PHX LTDA

CPF/CNPJ comum: Vínculo com 02.341.467/0001-20:

Vínculo com 04.645.099/0001-30:

706.756.782-34 Sócio/Admin inativo (18/04/2019
17:37).

Responsável Legal e Sócio/Admin.

Ocorrência do vínculo 1:

Tipo da Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª

UASG Sancionadora: 120025 - MAER-EPCAR-ESCOLA PREPARAT.CADETES DO AR/MG

Âmbito da Sanção: União

Prazo Inicial: 03/02/2022

Prazo Final:

03/04/2022



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.341.467/0001-20 DUNS®: 901302026
Razão Social: AMAZONAS ENERGIA S.A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.341.467/0001-20 DUNS®: 901302026
Razão Social: AMAZONAS ENERGIA S.A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 257027 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM
Data Aplicação: 27/05/2014
Número do Processo: 00428000399201411 Número do Contrato: 422012
Descrição/Justificativa: Devido aos transtornos recorrentes causados pela falta de fornecimento de energia elétrica na CASAI/MANAUS, considerando que é obrigação da contratada prestar os serviços descritos no contrato de modo a atender as necessidades da contratante, correspondendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade e eficiência.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.341.467/0001-20 DUNS®: 901302026
Razão Social: AMAZONAS ENERGIA S.A
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Não cadastrado

Nenhum registro de Qualificação Técnica encontrado para o fornecedor.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: AMAZONAS ENERGIA S.A
CNPJ: 02.341.467/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:06:35 do dia 19/11/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/05/2022.

Código de controle da certidão: **FC21.5C2E.BD28.8748**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



23/03/2022 11:29

Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

Período de vigência de: 01/01/2022

Período de vigência até: 23/03/2022

CPF / CNPJ: 02341467000120

LIMPAR

Data da consulta: 23/03/2022 12:26:48

a última atualização: 22/03/2022 18:00:04

DETALHES	CNPJ/CPF DO SANÇIONADO	NOME DO SANÇIONADO	UF DO SANÇIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANÇIONADORA	Tipo DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.341.467/0001-20

Razão Social: AMAZONAS ENERGIA SA

Endereço: AV SETE DE SETEMBRO 2414 / CENTRO / MANAUS / AM / 69005-140

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2022 a 20/04/2022

Certificação Número: 2022032201152489013472

Informação obtida em 23/03/2022 12:31:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AMAZONAS ENERGIA S.A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.341.467/0001-20

Certidão nº: 9353016/2022

Expedição: 23/03/2022, às 12:05:22

Validade: 19/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AMAZONAS ENERGIA S.A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.341.467/0001-20**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



23/03/2022 11:29

Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

Período de vigência de: 01/01/2021

Período de vigência até: 31/12/2021

CPF / CNPJ: 02341467000120

LIMPAR

Data da consulta: 23/03/2022 12:26:43

Última atualização: 22/03/2022 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.341.467/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/01/1998
NOME EMPRESARIAL AMAZONAS ENERGIA S.A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica 35.12-3-00 - Transmissão de energia elétrica 35.13-1-00 - Comércio atacadista de energia elétrica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO AV 7 DE SETEMBRO	NÚMERO 2414	COMPLEMENTO S/N
CEP 69.005-140	BAIRRO/DISTRITO CACHOEIRINHA	MUNICÍPIO MANAUS
UF AM		
ENDEREÇO ELETRÔNICO TRIBUTOS@AMAZONASENERGIA.COM		TELEFONE (92) 2126-9182
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 23/03/2022 às 11:55:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(14º Regimento de Infantaria / 1935)
REGIMENTO ARARIGBÓIA**

RECONHECIMENTO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR 01/2022

Reconheço a dispensa de licitação, fundamentada no caput do artigo 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, referente à Contratação de serviço de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica, para atender as necessidades do 3º Batalhão de Infantaria de Selva.

Barcelos, AM, 28 de março de 2022.


MÁRCIO WEBER DE MENEZES – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva

RATIFICAÇÃO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR 01/2022

Ratifico a decisão do Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, exarada no Processo Administrativo nº 65296,007576/2021-16, referente à dispensa de Licitação nº 01/2022, nos termos do Art. 24, caput, da Lei 8.666/93 e alterações.

São Gabriel da Cachoeira, AM, _____ de _____ de 2022.

Gen Bda RICARDO AUGUSTO DO AMARAL PEIXOTO
Comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva